



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO	
Depoimento n°: 019	Data: 17/09/2017
Local: Câmara dos Deputados	Duração: 01h37min
COLABORADOR	
RONALDO ALVES DA SILVA - Membro da Comissão de Sistematização e Redação durante a Constituinte.	
SUMÁRIO	
Depoimento sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988 para o acervo de depoimentos do Núcleo de História Oral do Centro de Documentação e Informação — CEDI.	
TÓPICOS	
1. Infância; 2. Serviço militar e Araguaia; 3. O concurso no Banco do Nordeste; 4. Brasília como destino; 5. A importância da Educação; 6. Trajetória em Brasília; 7. Concurso na Câmara; 8. Formação superior; 9. Trabalho na LBA; 10. De volta à Câmara; 11. O trabalho na Câmara; 12. O momento político da Constituinte; 13. O desenho inicial da Constituinte; 14. A Comissão de Sistematização; 15. As condições de trabalho na Constituinte; 16. A Secretaria da Comissão de Sistematização; 17. A precariedade dos recursos tecnológicos; 18. O Senador Afonso Arinos; 19. A disputa pela relatoria da Comissão de Sistematização; 20. A intensidade dos trabalhos na Comissão de Sistematização; 21. O caso da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação; 22. Disputas na Constituinte: o projeto de decisão e a dívida externa; 23. O Frankenstein; 24. O emendamento; 25. A assessoria da Comissão de Sistematização; 26. O episódio dos três patetas; 27. A resiliência de Ulysses Guimarães; 28. O Centrão; 29. A questão do Parlamentarismo; 30. As emendas populares; 31. O <i>lobby</i> na Comissão de Sistematização; 32. Manifestações; 33. O trabalho na Comissão de Redação; 34. Audiências públicas e a criação da emenda aglutinativa de Nelson Jobim; 35. Constituinte: trabalho com erro zero; 36. A indicação do ministro e o roteiro final da Constituinte; 37. Avaliação da Constituinte.	

1. Infância

Nasci próximo a Nova Iorque. Para quem não sabe, existe uma cidade a 48 quilômetros de São João dos Patos chamada Nova Iorque. Na verdade, é Nova Iorque, porque fizeram uma represa do rio que separa o Maranhão do Piauí. A



cidade velha foi inundada. A 48 quilômetros de lá, portanto, na periferia de Nova Iorque, fica São João dos Patos, localizada no Médio Sertão Maranhense, quase às margens do Rio Parnaíba.

Fiquei lá até os 15 anos. Aí surgiu a necessidade de continuar os estudos, porque lá não havia nem o ginásio. A estrutura educacional não era a mesma de hoje. Havia o primário, o ginásio, o científico e, depois, a faculdade. Saí de lá para continuar os estudos numa cidade vizinha chamada Floriano, localizada no Piauí, e não voltei mais. Posteriormente, vim para Brasília.

2. Serviço militar e Araguaia

Na época da prestação do serviço militar, já estava cursando o primeiro ano do segundo grau, que era o então curso científico. Eu me alistei no Exército, e, por uma feliz coincidência, não ingressei. Havia dois batalhões do Exército sediados em Teresina, capital do Piauí, o Batalhão de Caçadores e o Batalhão de Engenharia e Construção. Fui escalado para o Batalhão de Engenharia e Construção. Depois, soubemos que iríamos participar da primeira fase do período do serviço militar; principalmente nos três primeiros meses, no asfaltamento de uma rodovia que ligava Teresina a Belém, atravessando todo o Maranhão. Tive colega que depois, nos treinamentos próprios daquela fase do serviço militar, foi desviado para combater os chamados guerrilheiros do Araguaia. Quer dizer, por pouco, também não terminei lá.

Um colega que veio servir em Brasília — ele ainda mora aqui — terminou sendo deslocado para lá. Sobreviveu, porque foram poucas baixas na área das forças dos combatentes pelo Governo. Ele conta essa história. Fomos colegas de ginásio e quase nos encontramos numa mesma situação de risco. Éramos inexperientes nessa fase da prestação do serviço militar, então, fomos o pessoal de frente. Mas terminei vindo a Brasília.

Eu me alistei, mas não servi, porque fiquei incluído no excesso de contingente. Era para ser convocado depois. Ainda hoje acho que existe isso. Há uma seleção, e você está apto a ingressar nessa chamada prestação do serviço militar, mas, em razão de problemas recursais, terminaram nos dizendo assim: *“Você vai ser chamado depois”*.



3. O concurso no Banco do Nordeste

Naquela fase, tinha 16 anos. Com 17, fiz um concurso. Tinha um irmão que era funcionário do Banco do Brasil lá na cidade de Floriano, mais velho do que eu, e ele me incentivou a fazer um concurso para o Banco do Nordeste, que, naquela Região, no Nordeste, tinha o segundo melhor salário. Terminei fazendo, porque só estudava.

Meu pai era agricultor. Originariamente era sapateiro, mas, como segunda opção, ele praticava a agricultura de subsistência. Meu irmão tinha perdido o primeiro vestibular que fez, mas passou no concurso do Banco do Brasil. Ele tinha que encontrar o primeiro grampo para a sobrevivência e terminou sendo destacado para trabalhar na cidade de Floriano, no Piauí. Lá ele me incentivou a fazer o concurso do banco, porque já tinha alguma habilidade em matemática e português. Naquela fase, só estudava, não tinha outra opção. Não existia rádio, não existia televisão, não existia jornal. Não existia meio de transporte, porque era tudo de uma precariedade quase que absoluta.

Tive a felicidade de ser aprovado numa classificação mediana. Se não me engano, de 64 candidatos, fiquei no 41º lugar. Foi uma surpresa para o meu irmão e inclusive para mim. Éramos dois colegas numa turma de mais de cem pessoas naquela região ali do Piauí, Floriano, etc., e, na cidade, só fomos nós dois aprovados. Inclusive, éramos colegas de curso, o então científico. Não cheguei a ser chamado. Estava esperando o implemento da idade, que tinha que ser 18 anos. Apesar de ter feito o concurso depois dos 16 anos — eu ia completar 17 anos —, esperavam até a idade ser completada.

4. Brasília como destino

Mas aí tive pressa em procurar emprego. Já que não tinha ingressado no serviço militar, tive a opção de sair. A outra opção era voltar. Não tinha nenhuma oportunidade de emprego. O comércio era muito fraco, e a atividade do meu pai era a agricultura noutra cidade. A ideia era seguir em frente. Terminou que tive uma oportunidade.

Um amigo já morava em Brasília, um vizinho de rua. Ele esteve lá de férias, passou e conversou com meu irmão. Estava lá em Teresina ainda, não tinha



retornado, para aguardar a possível chamada para iniciar a prestação do serviço. Ele disse assim: “*Olha, Brasília é bom*”. Ele convenceu meu irmão, que me disse: “*Queres ir?*” Fiquei meio atordoado. Eu disse: “*Logo Brasília? Como?*” Acho que cada um tem o que chamamos de destino. Há quase que um determinismo nisso aí. Acredito muito nisso. Muitas vezes, nós ficamos apelando para o Superior, mas, fundamentalmente, acho que a maior parte desse processo depende de nós, do nosso empenho e tal. Terminei vindo para Brasília.

Na época, para se chegar a Brasília de lá demorava em torno de oito dias, porque vinha pelo Piauí, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais. Isso foi em 1970. Mas, estranhamente, tinha um voo da Varig que escalava em Floriano, Barreiras e Brasília. Faziam essa rota uma vez por semana, e o voo chegava no mesmo dia. Amigos meus diziam assim “*Ah, vou para São Paulo, para Brasília, para algum lugar*”. E os encontrei depois aqui. Chegaram oito dias depois de terem saído de lá. Cheguei no mesmo dia.

Foi muita sorte, porque a viagem por terra era meio tumultuada, tinha aquela escala. Por exemplo: saía de Floriano para Teresina, e aí tínhamos que aguardar, ver se havia ônibus disponível para outra cidade, para Petrolina, não sei o quê. Às vezes, terminava em Belo Horizonte, Governador Valadares, Goiânia, Anápolis. Era esse negócio todo até chegar aqui. Nessa operação toda, o custo terminava sendo maior. Nem sempre se chegava a uma dessas localidades, e tinha a passagem. Você tinha que se virar.

Saí de Floriano com a temperatura em torno de 34, 35 graus, e cheguei ao aeroporto em Brasília — ainda era um aeroporto com a construção de madeira — no frio. Pensei em desistir e voltar. Não tive a oportunidade de retornar no mesmo dia, mas eu disse: “*Não vou aguentar essa chamada amplitude térmica, que é o termo usado*”. Então, saí de 35 graus, nessa faixa, para cerca de 17 graus. Ficou bem difícil resistir a essa variação de temperatura. A máquina não estava preparada para essa diferença tão grande.

5. A importância da Educação

A primeira dificuldade foi o clima, além do fato de ter saído de casa, ficando longe dos pais. Com 16 dias da minha chegada a Brasília, já consegui um emprego.



Fiz um teste. A minha aprovação no concurso facilitou num aspecto, porque, quando fui fazer um teste numa agência que era a concessionária da Chevrolet na época em Brasília — hoje é a CCA, mas era outra empresa —, tinha que trabalhar no escritório. O gerente era cearense e tinha alguém do Banco do Nordeste. Quando fui conversar com ele, disse: "*Fui aprovado num concurso*". Ele disse: "*Eu tenho um irmão que trabalha lá*". Isso deu uma ajuda.

Fui trabalhar num escritório como auxiliar de escrita, porque tinha habilidade em regras de textos, essas operações fundamentais. Máquina não havia. Escrevia-se mais à mão mesmo, aquele negócio todo. Tinha uma boa iniciação em Português, porque comecei a ler e a escrever cedo, tinha um treinamento. A minha tia sempre falava: "*Tem que ler e escrever. Inventar namorada, aquela coisa, e escreve alguma coisa de ficção, porque você não tem idade para ficar preocupado com isso*". Eu já tinha, mas ela sempre dizia assim: "*Essa é uma etapa posterior*". E isso até hoje eu sigo. Não sei se esse caminho foi iluminado por uma força superior que disse assim: "*Vai por aí*". Mas infelizmente muita gente não acredita nessa possibilidade.

Essa tia mora em São Luís, vai completar 95 anos agora. É a mais velha da família, a única viva, porque o meu pai e a minha mãe já faleceram. Ela é irmã do meu pai e foi da primeira turma da faculdade de Serviço Social no Maranhão. Apesar das dificuldades, da localização da cidade, que ficava distante, a cerca de 600 quilômetros de São Luís, e das estradas precárias, para ela era uma aventura viajar. A própria história dela foi uma aventura, porque saiu em lombo de burro, viajou por balsa pelo Rio Parnaíba, viajou de trem — existia um trem que ligava Fortaleza a São Luís. Até hoje ela está lá. Fez 95 anos agora. Ela foi da primeira turma de Serviço Social da Universidade do Maranhão e chegou a ser diretora no final. Depois de aposentada, foi diretora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. Antes, não era nem Universidade Federal; era apenas Faculdade de Serviço Social. Acho que havia também a Faculdade de Direito.

Tenho quatro filhos, todos já encaminhados, mas, quando se discute educação, não é aquele negócio ou aquela história de tal pai, tal filho sempre, porque as coisas mudam, e essa turma mais nova, quando encontra o caminho ou pelo menos a trilha já definida, acha que as coisas já saíram daquele jeito. Sempre



apostei na educação. Acho que continua sendo assim. O exemplo está não só aqui no nosso País — no nosso País principalmente —, mas no mundo afora. Você vai para a Coreia, para o Japão, para o Canadá, etc., e, quando vê a situação do nosso País... Há um político conhecido em Brasília que é considerado o político de uma tecla só, que bate muito na educação. Tenho sempre votado nele por isso. Recentemente, faleceu uma atriz da Rede Globo que, quando perguntada sobre a sua lição — saiu na televisão —, dizia assim: "*É ler, é ler*". Ela faleceu acho que há umas duas semanas. Tinha noventa e tantos anos. Sempre falo isso. Os meus quatro filhos, três homens e uma mulher, já estão todos formados, mas ficam sempre duvidando se vale a pena ainda tudo isso porque, diante dos exemplos que são mostrados, às vezes dá um certo desânimo, não é? "*Por que eu tenho que seguir esse caminho se na verdade ainda há muita gente no País que infelizmente trilha por outra via e vai em frente?*"

Quando cheguei em Brasília, nem mexi na mala e já fui procurar fazer inscrição em um colégio. Havia três colégios importantes na época: o Elefante Branco¹, o colégio Setor Leste e o colégio da Asa Norte, que era um pouco mais deslocado. O setor mais habitado, mais movimentado da época era a Asa Sul. As inscrições no colégio, na rede da então Fundação Educacional do Distrito Federal eram por calendário. Cheguei e imediatamente já fui enfrentar filas.

6. Trajetória em Brasília

Depois do escritório, fui trabalhar como datilógrafo. Entrei no serviço, porque a datilografia era o básico. Posso citar o Mozart Vianna de Paiva, Secretário-Geral da Mesa, que foi meu colega. Nós fomos contemporâneos no colégio Setor Leste — na época, não o conhecia, porque ele era de outra turma. O Agaciel Maia, que foi Diretor-Geral do Senado, também estudou lá. Havia uma turma do Rio Grande do Norte que vinha para cá porque tinha alguns parentes que já estavam em Brasília. É uma coincidência: havia o Agaciel, eu, o Mozart. Há mais gente aí.

Datilografia era básico. Em qualquer órgão — instituições bancárias, escritórios de contabilidade, etc. — era um instrumento importante. Todo concurso, principalmente de nível médio, tinha datilografia. Aproveitando esse período, fiz um

¹ Centro de Ensino Médio Elefante Branco.



curso. Eu já tinha inclusive diploma, mas datilografar sem colocar o olho no teclado é bom. Fiz um curso no Senac aqui em Brasília. Já no meu serviço, quando tinha necessidade de datilografar alguma coisa, não podia tirar o olho do teclado. Uma moça disse assim: *“Ah, tem o curso do Senac”*. Fiz esse curso aos sábados. Trabalhava de segunda a sábado até meio-dia e estudava à noite, mas havia um horário à noite aos sábados no Senac, e consegui fazer um aperfeiçoamento. Tinham lançado a máquina elétrica da IBM, da Olivetti, etc. Disse: *“Tenho que ir por aí, porque é o meu instrumento”*.

Tinha alguma noção de como plantar produtos da agricultura de subsistência — arroz, feijão, esse negócio todo — porque aprendi com o meu pai. Até hoje sei. Agradeço muito a Deus essa experiência, essa oportunidade. Meus filhos, por exemplo, não a tiveram. Depois comprei uma chácara e passei a levá-los lá, mas eles iam só de visita. O negócio é meio brabo. Fiz esse curso e terminei ingressando no serviço público no Ministério da Educação. O Governo da época, no auge do regime militar, tinha proibido a realização de concursos. Acho que a Câmara, o Senado, o Banco do Brasil e alguns outros órgãos promoviam concursos, mas na administração direta a realização estava suspensa. Passaram a utilizar a chamada terceirização, uma contratação indireta. Algumas empresas contratavam para alguns Ministérios. Tive a sorte de ser selecionado para o Ministério da Educação.

Foi lá, no Ministério da Educação, que ingressei no serviço público. À época, o Ministro era o já Senador Jarbas Passarinho², que estava licenciado do cargo. No período que trabalhei lá — uns três anos, quase quatro anos —, tive a honra de ir ao gabinete dele. Uma deputada aqui em Brasília, originária do Pará, foi sua Secretária de Ensino Fundamental³. Eu trabalhava nessa Secretaria. Vez por outra, como tinha bastante habilidade na datilografia, era chamado para datilografar alguns decretos, portarias e outras coisas que saiam do gabinete do Ministro. Foi lá que comecei.

Depois, fui para o Ministério da Previdência Social, por concurso. Na verdade, era Ministério do Trabalho e Previdência Social ainda, mas fui um dos primeiros

² Jarbas Gonçalves Passarinho – Senador pelo estado do Pará (1967-1974 – ARENA); (1975-1983 – ARENA); (1987-1995 – PDS). Foi também Governador do Pará (1964-1966) e Ministro do Trabalho (1967-1969), Ministro da Educação (1969-1974), Ministro da Previdência Social (1983-1985), Ministro da Justiça (1990-1992) e Presidente do Senado (1981-1983).

³ Eurides Brito. Deputada Federal - 1991, DF, PFL; Deputado Federal - 1991-1993, DF, PTR. Diretora, Departamento de Ensino Fundamental do MEC, DF, 1969-1974.



funcionários do Ministério da Previdência e Assistência Social — na época, esse era o nome da Pasta. Houve um decreto de nomeação dos ministros, dos dirigentes das entidades, desse conjunto de órgãos que resultou no nosso famoso Instituto Nacional de Segurança Social (INSS). Houve uma reforma na Previdência que fundiu todos aqueles institutos.

Cada categoria profissional tinha um instituto. Há uma lista, se não me engano, de 17 institutos de previdência. Havia o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes (IAPC), dos comerciantes, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos (IAPI), dos industriários, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos (IAPM) e outros. E já havia o Ipase, que era o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado — Estado aqui tem o sentido de “país”, criado ainda na época de Getúlio Vargas⁴, quando criaram também o antigo Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp). Foi editada a Lei nº 1.711, de 1952, que era o Estatuto dos Funcionários Públicos.

Quando cheguei ao Ministério da Previdência, tinha havido a fusão de todos esses institutos e a criação do chamado Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Fundiram tudo isso. Desvincularam o Ministério do Trabalho e criaram o Ministério da Previdência Social. Fui um dos primeiros funcionários do Ministério, porque fui logo convocado, entre outras razões, pela minha habilidade em datilografar.

Um deputado do Paraná, que continua deputado, foi o primeiro Presidente do INPS⁵, depois de toda essa fusão. Criaram o INPS, para a Previdência; o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), para a Saúde, que hoje seria o Serviço Único de Saúde (SUS); o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (Iapas), para a administração patrimonial. Havia mais uma série de órgãos, como Fundação do Bem-Estar do Menor (Funabem), que foram extintos, resultando no INSS. Fiquei lá nesse Ministério até vir para a Câmara dos Deputados em 1979.

⁴ Getúlio Vargas (1882-1954). Presidente do Brasil – 1930-1945; 1951-1954

⁵ Reinhold Stephanes. Deputado Federal - PR, ARENA (1979-1983); Deputado Federal - PR, PDS (1983-1987); Deputado Federal - PR, PFL (1991-1995; 1995-1999); Deputado Federal - PR, PMDB (2003-2007; 2007-2011); Deputado Federal - PR, PSD (2015-2019). Ministro do Trabalho e Previdência Social (1992). Ministro da Previdência e Assistência Social (1995-1998). Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2007-2019). Presidente do INPS – 1974-1979.



7. Concurso na Câmara

O concurso da Câmara foi feito pelo órgão da Universidade de Brasília que acho que hoje é o Centro de Seleção e Promoção de Eventos (Cespe), alguma coisa assim. Era o setor de seleção e fazia os concursos da Universidade de Brasília (UnB). Havia uma fila enorme. Não se pagava inscrição. Por isso, muita gente dizia assim: *“Inscreva-se lá, porque, de repente, dá certo”*. Ouvi muito uma coisa que até hoje repito quando alguém diz: *“Com aquela fila ali, não tem para mim”*. Trata-se de uma lição que recebi de uma professora conterrânea minha radicada no Rio de Janeiro. Ela dizia assim: *“Olha, quando você for fazer vestibular ou concurso, reserve a sua vaga e deixe os outros disputarem o restante”*. É aquele negócio de você acreditar. Na fila, o pessoal dizia que conhecia a sogra ou a tia do deputado não sei o quê — dava essas referências —, que esta Casa é política, aquele negócio todo. Não conhecia ninguém, mal pela televisão alguns, mas disse que ia fazer o concurso, e fiz.

Eu tinha dificuldade. Assistente de pesquisa legislativa é um nome bonito, mas aquele negócio de noções de biblioteconomia, de fazer fichinha, letra para cá, letra para lá, essas coisas próprias daqui do Centro de Documentação e Informação (Cedi), como catalogação, etc., me davam arrepios. Pensava: *“Não estou no caminho certo. Isto aqui não dá para mim”*. Haveria também prova de língua, inglês ou francês, opcional. Já tinha uma iniciação de francês no curso ginásial. Havia um professor que falava muito bem lá no curso, o que no interior é difícil encontrar, mas ele era autodidata. Quando vim para o colégio Setor Leste, optei pelo idioma francês, em vez de inglês. Minha dificuldade eram essas noções de biblioteconomia, catalogação, etc., e língua. Felizmente, venci as duas. Apesar daquelas conversas no sentido de que aqui só se entrava por esse ou aquele caminho, como a minha opção era aquela, acreditei e, felizmente, fui aprovado.

Mas o salário, quando o verifiquei — vim algumas vezes ao Departamento de Pessoal —, constatei que era menor que o do Executivo, era praticamente a metade do que ganhava no Executivo. O pessoal com quem conversava dizia assim: *“Não, mas tem sessão, tem isso e tem aquilo”*. E eu dizia: *“O problema é que eu quero contar é com o certo”*.



8. Formação superior

Eu estudava. Logo depois que terminei o 2º grau, fiz o vestibular para Economia, que era no Centro Universitário de Brasília (Ceub) — a Universidade de Brasília (UnB) só tinha curso diurno. Um irmão meu, esse que era bancário em Floriano, se transferiu para São Paulo, começou a fazer Economia e me disse assim: “*Olha, Economia é um curso bom*”. Era muito bonito. Terminei ingressando no curso de Economia no Ceub. Fiz Economia durante seis semestres lá — alguns colegas se formaram e tudo —, mas a minha meta era Direito.

A minha meta era Direito por diversas razões. Achava muito bonito. No interior do Maranhão tive a oportunidade de presenciar algumas sessões do Tribunal do Júri, com a presença de juízes e advogados bem eloquentes. Achava aquilo bonito. Falei para o meu pai, mas ele me disse que essa profissão era meio complicada, que ser advogado era perigoso. É como médico: o advogado faz a defesa do seu cliente. Busca-se a aplicação da justiça e, rigorosamente, a defesa do cliente.

No sexto semestre, mudei para o curso de Direito. Aliás, não mudei, tranquei o outro curso e nunca mais voltei ao Ceub. Na verdade, prestei vestibular para Direito na Universidade do Distrito Federal (UDF) quando estava no quinto semestre. Fiz vestibular na esperança de conciliar as duas coisas. Mas não dava para conciliar as duas coisas, porque trabalhava e estudava na correria. A UDF estava na Asa Sul, e o Ceub, na Asa Norte. Um padre do interior do Maranhão dizia o seguinte: “*Ou você toca o sino ou acompanha a procissão*”. Hoje já é possível fazer as duas coisas, tendo em vista que há um sistema de controle a distância. Mas, àquela época, quem ficasse na corda balançando...

9. Trabalho na Legião de Assistência Brasileira (LBA)

Fiz concurso para assistente de pesquisa legislativa — nível médio — da Câmara, mas tomei posse como assistente de técnica legislativa, acho que porque havia carência nessa área. Tomei posse, mas logo saí para trabalhar no Governo. Tinha feito amizade no Ministério da Previdência. Nessa época, trabalhava no gabinete do Ministro. Quando tomei posse, havia alguém do gabinete que tinha ligação com a então Presidente da LBA. Era o chefe da comunicação social de lá.



Quando ele me procurou, disseram que havia saído, que tinha ido para a Câmara. Ele disse: *“Como? A minha mãe está precisando de uma pessoa mais ou menos com o perfil dele”*. Era a Presidente Léa Leal⁶, recentemente falecida, há uns dois anos. Eu disse: *“Eu já tomei posse”*. Ele perguntou: *“Você quer ir?”* Eu questionei: *“Mas como?”* Havia o período probatório para quem era submetido ao regime estatutário — e hoje ainda há.

Houve uma dificuldade inicial administrativa, porque, pelas regras, pelo rigor da norma, não poderia ser cedido no período do estágio probatório. Mas ele perguntou: *“Mas você quer?”* Fui lá conversar com ele. O salário era o básico. Não podia fazer sessão, pois estava terminando o curso de Direito. O extraordinário ficava fora. Quando somei tudo — *“Não, você vai ganhar lá, vai ter uma função, fora que você fica com o básico e recebe uma complementação”*. Eu disse assim: *“Mas como é que faz?”* — *“Não, você quer ir?”*. Era, então, o Presidente da Câmara, chamado Flávio Marcílio⁷, piauiense, mas radicado no Ceará. Aí rapidamente saiu um ofício, quando me disseram assim: *“O ofício está pronto. Você se apresenta lá”*. Eu fui, fiquei lá quase cinco anos. Terminei meu curso e tive convite para ficar por lá porque era uma área correlata à Previdência, de onde tinha saído. O trabalho que era na área do Direito, porque havia uma formação de um quadro suplementar do pessoal dessa área. Mas preferi retornar à Câmara.

10. De volta à Câmara

Em termos financeiros, seria melhor ficar lá e, talvez, até de perspectiva, porque era um quadro que estava se formando. Era uma fundação vinculada ao Ministério da Previdência, que depois foi extinta no Governo Collor⁸. Havia essa possibilidade, pelo conhecimento que tinha da área, pelo tempo que passei lá, mas preferi vir para onde já tinha um cargo conquistado por concurso, era a Câmara. Tinha sempre esse desejo, apesar de nunca ter sido, em política, nada além de eleitor. O meu pai, no interior, tinha um rádio, que só ele mexia, e sintonizava muito

⁶ Leoncie Léa Correa leal.

⁷ Flávio Portela Marcílio (1917-1992). Deputado Federal – CE (1963-1967; 1967-1971; 1971-1975; 1975-1979; 1979-1983; 1983-1987; 1987-1991). Foi eleito presidente da Câmara dos Deputados para os períodos de 28 de fevereiro de 1973 a 2 de fevereiro de 1975; 2 de fevereiro de 1979 a 26 de fevereiro de 1981; e de 2 de fevereiro de 1983 a 28 de fevereiro de 1985.

⁸ Fernando Collor de Mello. Presidente do Brasil – 1990-1992.



no programa *A Voz do Brasil*, havia aquelas coisas, aqueles discursos, além de ter cursado a área de Direito e também ouvir esses pronunciamentos bonitos, o pessoal falava muito. Pensei: *“Já que passei nessa prova, entrei por concurso, por que abandonar?”*. Então, disse: *“Não, deve ser lá, porque alguma coisa me empurrava para retornar à Câmara”*. Assim fiz.

Tinha feito antes um concurso, que foi o mesmo concurso que fez, se não engano, o Mozart. O Mozart entrou aqui como datilógrafo. Tinha feito concurso na mesma época. Mas na época era regime CLT, celetista, e já havia aquela questão da estabilidade — entra, mas se não gostarem do seu trabalho, qualquer coisa... A gente ficava meio desconfiado. Eu dizia: *“Não, acredito em mim, pretendo fazer as coisas certinhas como manda o figurino, acompanhava, não era...”*. O Diretor era o Jorge Odilon dos Anjos, que, acho, passou mais de 50 anos aqui na Câmara. Era um cidadão muito simpático, muito atencioso, profundo conhecedor dessa área. Ele disse: *“Rapaz, como é que você vem... Tanta gente aí”*. Eu tinha passado nessa prova, que não era propriamente um concurso; era uma prova, um processo seletivo aberto, faziam as inscrições, mas não se pagava, à época, taxa de inscrição. Fui selecionado, tudo, etc. *“Então, você tem que assinar a desistência aqui. Mas você está onde?”* Eu digo: *“Estou no Ministério da Previdência”*. Ele disse assim: *“Mas quanto é que você ganha lá?”* *“É tanto.”* *“Mas aqui tem um negócio.”* Eu digo: *“Não, não dá para sair de lá. Já tenho uma certa situação. Estou fazendo ainda faculdade, etc.”* Terminei assinando um termo de desistência.

Fiz um concurso para o Senado, que acho que foi o mesmo pelo qual o Agaciel entrou lá. Tenho a impressão, porque foi mais ou menos nessa época. O título era mais bonito. Não era datilógrafo, era mecanógrafo. Enfrentei a mesma dificuldade nas filas, porque era aquela informação *“Ah, não sei quem conhece um senador, é amigo, tem não sei o que lá”*, essas histórias todas. Fiz e passei, se não me engano, em oitavo lugar. Está escrito em alguma parte da Bíblia que diz assim *“Faz por ti que eu te ajudarei”*. Eu acredito muito nisso. Agora, se ficar só pensando *“Deus vai me ajudar”* e você não faz nada, então não acontece nada. Acho que pode até acontecer que caia um raio, um negócio, você tropeça, mas aí, se você tem um foco numa coisa, vá em frente, acredite, porque acho que Ele vai ajudar. Falo sempre para os meus filhos: acreditar primeiro e depois fazer. E foi assim, fiz,



passei. Logo depois desse que eu desisti da Câmara, surgiu esse. Esse lá já era uma coisa mais. Era uma diretora, a Dra. Maria do Carmo Rondon. Ela era inclusive mato-grossense, da família Rondon, do famoso Marechal Rondon⁹. Ela era, assim, uma senhora muito simpática, de muita personalidade e tudo. Fui chamado e fui lá. *“E aí como é que é? Quanto é que ganha?”* Ela disse assim *“Você vai trabalhar com o Senador...”* Era tio desse Caiado, era da família Caiado. *“Eu já falei que é um rapaz bem classificado. Ele está precisando disso e tal”*. Aí digo *“Mas quanto é que ganha, Dra. Maria do Carmo?”* Ela disse assim... Ganharia menos do que estava ganhando na Previdência, exatamente a mensalidade que pagava na faculdade. *“Mas você tem sessão, não sei o quê.”* Não me convenci. Não tinha ninguém conhecido lá no Senado. Assinei a desistência lá.

Mas o meu destino era a Câmara mesmo. Terminei vindo. Inicialmente, passei esse período por questão de agenda financeira, porque tinha que pagar, tal, e já estava ensaiando um casamento. Terminei ficando por aqui.

11. O trabalho na Câmara

Cheguei e fui trabalhar direto na Comissão de Economia, Indústria e Comércio. Era uma Comissão com um pessoal novo, relativamente novo, era mais novo de departamento, que era o pessoal originário do Cedi. No caso da colega, da Maria Laura Coutinho, convidou-me para trabalhar, integrar a equipe dela, porque o deputado que chegou não ficou muito satisfeito com o esquema que funcionava lá há algum tempo e queria dar uma inovada. Então, formou uma equipe com pessoas novas, recém-concursadas que ingressaram na Câmara.

Tive essa honra de trabalhar na Câmara nessa Comissão de Economia, Indústria e Comércio. Conhecia pouco, porque na prova havia apenas noções do processo legislativo, porque o processo legislativo para quem está fora não é tão fácil. Há esses detalhes, essas coisas todas. Mas foi lá que comecei na área legislativa e propriamente na Câmara, porque passei, logo que tomei posse, um mês no Departamento de Finanças, porque fui lotado lá. De lá fui cedido para esse órgão vinculado ao Ministério da Previdência, que era a LBA. Fiquei lá por quase cinco anos e quando retornei fui para o Departamento de Comissões (Decom).

⁹ Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958). Engenheiro militar e sertanista.



A minha intenção, como tinha me formado em Direito, era ir para a Comissão de Constituição e Justiça. Dizia assim *“Eu vou para tal Comissão, porque é uma área com a qual eu tenho afinidade”*, mas terminei na Comissão de Economia. Tinha uma noção básica de economia, porque tinha feito cinco, quase seis semestres completos na área, então entendia mais ou menos do que estão falando lá. Foi muito bom. Até hoje me arrependo de não ter terminado o curso. Mas foi por pouco, porque, pela leitura que nós fizemos nesse processo, acho que ficou pouco para concluir, só faltou o diploma. Era uma coisa, assim, que era de fachada. *“Ah, é economista. Mas o que é que faz o economista?”* Aí pelo menos entender aquele gráfico fundamental, que é das coordenadas cartesianas. Você traça aquele gráfico e diz assim *“Produção, inflação, lei de oferta e procura”*. Acho que se o cidadão em geral tivesse uma noção geral de economia, já ajudava bastante.

Também tive um rápido período na Liderança do Partido da Frente Liberal (PFL), mas não era muito a minha área. Preferia a área legislativa, mas um pouco mais afastado de gabinete, da atividade parlamentar propriamente dita – aquela do político, aquela coisa. Liderança é muito isto: é um espaço muito politizado. Há tendência neste ou naquele sentido. Gostei sempre de ser mais de centro. Esse negócio de direita e esquerda é uma convenção que não me agrada muito, porque, na verdade, deveriam todos trilhar o mesmo caminho, não é? Mas a vida é assim.

12. O momento político da Constituinte

A Constituinte era uma expectativa e, de certa forma, foi uma novidade no Brasil. Quando o chamado Governo militar começou a sinalizar o caminho da distensão política, quando ele deu uma afrouxada, falava-se, na linguagem de um Presidente que marcou presença forte nesse período, o Ernesto Geisel¹⁰, que o retorno à democracia tinha que ser um processo lento, gradual e seguro.

Ele, em determinada oportunidade, até fez uma declaração que não satisfez muita gente. Ele dizia que a democracia tinha que ser uma coisa relativa, ele inventou esta tal da democracia relativa. Ele não explicou muito bem e terminou sendo muito criticado. Ou é democracia ou não é, não é? Mas ele de certa forma

¹⁰ General Ernesto Geisel. Presidente do Brasil – 1974-1979.



tinha razão, se formos analisar a fundo, porque não pode haver liberdades absolutas, não é? Porque, aí, vira anarquia.

Havia uma sinalização nesse sentido e falava-se muito em Constituinte. “*Houve um movimento*” e tal. Era uma das ideias do Tancredo¹¹ convocar uma Assembleia Constituinte. A fatalidade entrou nesse processo; o Tancredo, que era a pessoa escolhida naquele processo de escolha por eleição indireta, faleceu; e, ironicamente, veio a tomar posse o seu Vice, mas que, até recentemente, havia comandado uma ala que era exatamente contrária a essa corrente da qual participavam Tancredo, Ulysses¹² e outros.

O Sarney¹³ era Presidente do Partido Democrático Social (PDS), lutou até o fim para tornar uma determinada figura chamada Mário Andreazza¹⁴ candidato do partido, mas o ex-Governador de São Paulo¹⁵ entrou no páreo e terminou ganhando a preferência do partido. Ele abandonou o partido, e acho que, numa composição estratégica que foi feita, criaram a chamada Aliança Democrática, e ele terminou sendo o candidato a Vice. Foi eleito e, de repente, se tornou Presidente da República. Acho que nem ele nem muita gente esperavam – nem ele próprio – que o destino o colocasse nessa situação de certa forma difícil.

Falava-se muito em Constituinte. Na academia, alguns professores falavam, apesar da limitação. Eu fazia o curso de direito e percebia que havia alguns professores que não queriam muito falar nesse processo porque havia certa censura. Acho que mais psicológica, não é? O que é Constituinte? A ideia da Constituinte originariamente vem de uma ruptura institucional forte, em geral. Quem

¹¹ Tancredo de Almeida Neves (1910-1985). Deputado Federal nas Legislaturas 1951-1955, 1963-1967, 1967-1971, 1971-1975 e 1975-1979; Senador 1979-1982, Governador de Minas Gerais (1983-1984). Oficialmente reconhecido (Lei no 7.465, de 21 de abril de 1986) Presidente do Brasil

¹² Ulysses Silveira Guimarães (1916-1992). Deputado Federal, 1951-1955, SP, PSD; Deputado Federal, 1955-1959, SP, PSD; Deputado Federal, 1959-1963, SP, PSD; Deputado Federal, 1963-1967, SP, PSD; Deputado Federal, 1967-1971, SP, MDB; Deputado Federal, 1971-1975, SP, MDB; Deputado Federal, 1975-1979, SP, MDB; Deputado Federal, 1979-1983, SP, MDB; Deputado Federal, 1983-1987, SP, PMDB; Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, SP, PMDB; Deputado Federal, 1991-1995, SP, PMDB. Foi Presidente da Câmara dos Deputados de 11.mar.1956 a 11.mar.1958, 1985-1986, 1987-1988.

¹³ José Sarney de Araújo Costa, nascido José Ribamar Ferreira de Araújo Costa. Deputado Federal, MA, 1956, 1957 e 1959-1966; Governador, MA, 1966-1970; Senador, MA, 1971-1985; Presidente da República, 1985-1990; Senador, AP, 1991-2015.

¹⁴ Mario David Andreazza – 1918-1988. Ministro dos Transportes, 1967-1974. Ministro do Interior, 1979-1985.

¹⁵ Paulo Salim Maluf. Deputado Federal, 1983-1987, SP, PDS; Deputado Federal, 2007-2011, SP, PP; Deputado Federal, 2011-2015, SP, PP; Deputado Federal, 2015-2019, SP, PP. Governador de São Paulo (1979-1982).



se opunha a essa ideia tinha o temor de uma mudança muito radical. Houve uma experiência, uma situação que terminou resultando na intervenção militar, o que, naquela época, preocupava diversos segmentos da sociedade, preocupava a Igreja, a maioria dos partidos políticos. Mas havia quem defendesse a ideia de que tinha que ser uma coisa bem radical, para mudar.

Havia a situação mundial no período da chamada Guerra Fria, polarizada basicamente pelos Estados Unidos e União Soviética na época. De vez em quando, se ouvia falar na tal da República Sindicalista. Era ainda vivo o Mao Tsé-Tung, liderando a China com aquela revolução que ele empreendeu durante uma jornada que está na história e em que houve o sacrifício de muita gente. Era uma coisa que assustava quando se falava em Constituinte.

A Constituinte de 1946, se verificarmos na história, nos registros, foi uma experiência que gerou alguns receios de o País ter que passar por... Foi um período longo da chamada ditadura Vargas. Aí, veio a Constituinte de 1946. Quando se falava em Constituinte, havia sempre a ideia de que os rumos do País pudessem tomar um caminho das chamadas reformas de base, uma expressão muito temida por determinados setores das Forças Armadas, da própria sociedade, da Igreja, da própria Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da imprensa. Havia um ponto que chamava muita atenção, que era a questão de Cuba, sua influência. Cuba era um ponto de provocação de outras potências, como a Rússia, a China, etc., aos Estados Unidos e indiretamente aos seus aliados. Então, quando se falava em Constituinte, havia esse receio.

Mas houve um movimento mais forte com a disposição do Tancredo de caminhar nesse sentido, de convocar uma Constituinte tão logo pudesse, há as declarações dele já eleito Presidente no sentido de que convocaria. Quando o Sarney, que tomou posse no lugar dele, resolveu seguir nessa linha, há trechos de registros de pronunciamentos dele, citando Tancredo, que tão logo tomasse posse, era desejo dele convocar uma Constituinte. Não se sabia bem como, porque não houve rigorosamente uma ruptura política muito forte. Como apregoavam os detentores do poder, do regime militar, havia a chamada distensão lenta, gradual e segura. Foi mais ou menos isso que aconteceu. Só que, com a morte do Tancredo e



a expectativa geral de Nação, foi um baque muito grande nessa ideia de fazer uma reforma mais estruturante no País.

Afinal, veio a convocação, como mostram os documentos, ironicamente por um Presidente que até bem recentemente havia sido de uma ala exatamente oposta. Há registros, inclusive, de declarações que o ex-Presidente João Figueiredo¹⁶ deixou gravadas. Disseram que só seriam publicadas depois da morte dele. Logo em seguida da morte de Tancredo, não sei se você se lembra disso, teria havido um documento assinado por figuras proeminentes do partido do Governo, instigando o Presidente a, se quisesse, permanecer por mais algum tempo, diante da possibilidade de eleger um candidato que não havia sido rigorosamente a opção dos caciques, como o candidato Paulo Maluf, que tinha uma boa chance de ser eleito, se não houvesse ocorrido essa reviravolta. Houve um documento e ele fez a acusação e declarou, tanto é que na transmissão do cargo, não entregou a faixa para o Presidente que o sucedeu. Saiu pelos fundos.

Em conversa, a história é assim. É sempre contada, como se diz, pelos vencedores. Os vencidos ou morrem ou ficam calados ou não têm oportunidade, não é isso? Está aí a declaração de que quem fica, quem vence, quem tem o poder é quem conta a história. Ou seja, esses terminam tendo maior prevalência do que aqueles que foram vencidos. Depois esses vencidos desapareceram ou não tiveram essa força de colocar os pingos nos is.

Houve uma expectativa em relação a esse movimento da Constituinte. O partido ou a coligação que, em tese, assumiu o poder era formado por uma dissidência da força política do partido que até então governava o País, que tinha maioria, que era a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e depois o PDS, e a outra que era uma confederação — alguém até falou sobre isso aí — de ideologias, de pensamentos, que era o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Foram extintos todos os outros partidos. Depois que foram extintos, acabaram com o bipartidarismo. Houve a Lei da Anistia. Foram revogados, retirados alguns impedimentos para o restabelecimento e até para a criação de novos partidos. Mas o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), na Constituinte, ainda era uma confederação de forças políticas diferentes, composta pelo pessoal do Partido

¹⁶ João Baptista de Oliveira Figueiredo. Presidente do Brasil, 1979-1985.



Comunista do Brasil (PCdoB), do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Não havia o Partido Democrático Trabalhista (PDT), porque o Brizola¹⁷... Mas havia o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrático Cristão (PDC), todos os partidos. O próprio Deputado Ulysses Guimarães, que era o Presidente do partido na época da Constituinte, era originário do Partido Social Democrático (PSD), que estava convivendo com muita gente do partido que fazia o contraponto com maior força no Congresso Nacional, que era a União Democrática Nacional (UDN).

Então, juntando tudo, havia dificuldades, havia grupos. A gente sentia. Na eleição, tive a oportunidade de presenciar alguns comícios no interior do Maranhão, em Pernambuco, no Ceará, em viagem que fiz de férias. Estávamos em plena campanha. Então, cada um lutava conforme sua bandeira. Criticavam governos locais que eram de determinado partido, como, por exemplo, do PMDB, mas diziam que logo mudariam. Havia, entre aspas, “confusão” nesse processo, porque alguém chegou a dizer que havia um verdadeiro balaio de gato. Talvez não chegasse a tanto, mas havia certa confusão. Para o eleitor — como até hoje nós enfrentamos essa realidade — essa questão de partido, na minha concepção, ainda vai demorar muito tempo para que ele se firme, porque depende basicamente da consciência do cidadão. A reforma tem que passar pela cabeça das pessoas, pela compreensão de como funciona esse processo.

Ainda há a história da educação. Dizem: “*Ah, tem que haver partidos*”. Há discursos no sentido de que, se há um partido ali, cria-se outro. Quantos partidos foram criados e quantos estão na fila? Cada um pensa diferente. Penso diferente de você e já quero criar um partido. Então, isso vai demorar muito. Antes mesmo de ser instalada, ou seja, na campanha política de 1986, que era para a renovação da recomposição parlamentar, no Senado e na Câmara — toda a Câmara e parte do Senado —, já se ouvia algo na própria imprensa. Até presenciei um dia candidato do mesmo partido atacando o outro. Por quê? Não era por razões pessoais, mas por ideologia, por visão política naquele momento.

¹⁷ Leonel de Moura Brizola (1922-2004). Governador do Rio de Janeiro, 1983-1987; 1991-1994; Governador do Rio Grande do Sul, 1959-1963; Deputado Federal, GB, 1963-64; Deputado Federal, RS, 1955-56.



13. O desenho inicial da Constituinte

Instalada a Assembleia Constituinte, no dia 1º de fevereiro de 1987, as próprias regras que determinavam a instalação, o ato convocatório, etc., já congelavam as atividades das Comissões, tanto do Senado quanto na Câmara, permanecendo apenas a atividade de plenário das duas Casas. Éramos da equipe da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara, cuja secretária era nossa colega Maria Laura Coutinho. Era uma Comissão, que, sem nenhum favor, teve destaque pela organização durante dois anos de atuação dessa equipe. Tive a sorte de estar lá.

Instalada a Assembleia Constituinte, logo se foi trabalhar na elaboração do Regimento Interno. Houve uma disputa política. Acompanhávamos a distância, porque havia concorrência para a relatoria do próprio Regimento Interno da Assembleia Constituinte. Havia o Fernando Henrique Cardoso¹⁸, que era do PMDB, muito ligado ao Deputado Ulysses Guimarães, que tinha muito traquejo. Era sociólogo, bom de palavra, bom de papo. Havia Nelson Jobim¹⁹ e outros. Nós nos perguntávamos quem seria o Relator.

Então, redigiu-se o Regimento, que era a peça fundamental para o funcionamento da Assembleia Constituinte. Foi aprovado o Regimento Interno da Assembleia Constituinte, o qual previa que seriam instaladas Comissões Temáticas, com Subcomissões. Cada uma delas teria quatro Subcomissões²⁰. Esse trabalho seria depois encaminhado a outra grande Comissão, que era a chamada Comissão de Sistematização.

14. A Comissão de Sistematização

Instaladas as Comissões, ficamos ao sabor da decisão do Presidente da Assembleia, da Mesa Diretora, que, por coincidência, era o Presidente da Câmara, o Dr. Ulysses. A Assembleia funcionou aqui na Câmara dos Deputados. As Comissões

¹⁸ Fernando Henrique Cardoso. Senador SP (1983-1987; 1987-1992). Ministro das relações Exteriores (1992-1993). Ministro da Fazenda (1993-1994). Presidente do Brasil (1995-1998; 1999-2002). Relator do Regimento Interno da Constituinte.

¹⁹ Nelson Azevedo Jobim. Deputado Federal – RS (1987-1991, 1991-1995). Ministro da justiça (1995-1997). Ministro do Supremo Tribunal Federal (1997-2006). Ministro da Defesa (2007-2011).

²⁰ Eram três subcomissões por Comissão, em um total de 24 Subcomissões e 8 Comissões temáticas. Cf. https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/lista-de-comissoes-e-subcomissoes.



todas da Câmara tiveram suas atividades congeladas. Alguma atividade que seria exercida por qualquer das Comissões seria matéria relatada em plenário. Como se diz, grosso modo, as Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados ficaram congeladas. Foi reformado esse prédio aqui do Anexo II, o espaço das Comissões, que tinha outra estrutura. Então, todos esses foram cedidos para as Comissões Temáticas e suas Subcomissões.

O nosso grupo da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara, por intermédio da secretária, foi convidado a integrar a Comissão de Sistematização. Foi inteira a Comissão, agregando mais alguns colegas. Enquanto funcionavam as Comissões Temáticas e suas Subcomissões inicialmente, nós trabalhávamos na montagem da Comissão de Sistematização. Logo foi instalada a Comissão. Mesmo sem atividade plenária, já havia sido eleito para Presidente o Senador Afonso Arinos²¹ e escolhido o Relator. Houve disputa para a relatoria. Está registrada nos Anais da Casa uma confusão danada, porque o PMDB preferiu a relatoria, e, na coligação com a segunda força da época da Constituinte, que era o Partido da Frente Liberal (PFL), este ficaria com a Presidência. Até na própria Presidência, o Senador Afonso Arinos sofria alguma concorrência dentro do partido e fora dele, porque havia pretendentes dos dois lados, tanto do PMDB como do PFL.

Felizmente caiu na figura do Prof. Afonso Arinos pela vasta biografia que ele tinha, pela experiência. Foi uma eleição tranquila, mas houve discurso sim, até no dia eleição — ele era candidato único, não houve candidato da oposição —, houve manifestação de deputados muito próximos a ele e também dos menos próximos. Percebíamos nos bastidores que o principal motivo das manifestações de inconformismo em relação à indicação dele era em função da idade, pois ele já era um octogenário. O processo era de muita tensão, de agenda muito pesada, em todos os espaços da Casa havia reunião. E havia gente que dizia: *“Ah, encontrei deputado rabiscando emenda, texto de emenda, na lanchonete, no Cafezinho do plenário, no Centro de Documentação, no gabinete, em diversos lugares, até em*

²¹ Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990). Jurista, Deputado Federal – MG (1947-1951; 1951-1955; 1955-1959); Senador – GB (1959-1967); RJ (1987-1990), Ministro das Relações Exteriores (1961).



papel higiênico”. Quer dizer, era aquele negócio, não se podia perder tempo. Ele estava lá e dizia assim: *“Agora eu estou pensando”*.

Então, era uma atividade muito intensa, que, é claro, exigia um vigor maior. Para uma pessoa com 80 anos de idade... Mas, eu, na avaliação que faço hoje, como trabalhei lá, tive a felicidade de estar, em muitas oportunidades, próximo a ele, porque fui designado para fazer parte da Secretaria da Comissão. Não era propriamente um assessoramento direto a ele, mas era uma coordenação de todo o trabalho de apoio, tanto da Presidência da Comissão quanto da relatoria.

15. As condições de trabalho na Constituinte

Nessa equipe da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, da qual participava, preparamos os espaços. Os recursos eram muito precários. Eram os prédios do antigo Anexo II da Câmara, antes dessa reforma que foi feita. Eles foram adaptados, quer dizer, meio improvisados. Não tínhamos computador nenhum. Tudo era datilografado. Nós, da Câmara, tínhamos acesso ao Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), através da Sessão de Sinopse, e havia um ramal que nos integrava. O nosso sistema de fichas, controle e composição era todo integrado. Quando nos pediam alguma informação, se estava tudo funcionando bem, usávamos as impressoras que haviam sido cedidas pelo Prodasen, que era uma extensão do Prodasen, o antigo Centro de Processamento de Dados do Senado. Apesar de haver uma resolução criando o Prodacam, esse nunca foi criado, e hoje é o nosso Centro de Informática (Cenin). À época, qualquer documento gerado na Comissão tinha que ser datilografado. Meu trabalho era fazer tudo, inclusive datilografar, porque era esse o meio.

Para o funcionamento da Comissão de Sistematização, despejaram o Diretor do Departamento de Comissões, um colega que já faleceu, o Carlos Brasil de Araújo, e me disseram: *“Não, você vai...”* Puseram-me em algum canto. Como estavam congeladas as atividades das Comissões, ficou o espaço destinado lá, onde era o gabinete dele. Havia um auditório. O Auditório Nereu Ramos se localizava no corpo do Anexo IV, e o antigo era ao lado da Comissão. Era até muito fácil. A ideia era que as reuniões da Comissão se realizassem ali.



A Comissão de Sistematização, numa experiência, se reuniu no auditório Nereu Ramos. Não deu certo e passou a se reunir no plenário do Senado e, eventualmente, no plenário da Câmara, por questão de espaço, porque a própria composição numérica da Comissão já era o bastante para ter um espaço maior. Quando ela estava reunida, era em horário que não coincidia com o da Constituinte, que funcionou sempre no plenário da Câmara, o grande Plenário — a Comissão funcionava e o plenário também. Então, nesse horário, havia, à noite ou pela manhã, num determinado horário, às vezes, o cancelamento, pelo Presidente Ulysses, da agenda do Plenário para dar espaço para a Comissão. Quando não era possível, funcionava no plenário do Senado.

Havia reuniões sábado e domingo. Foi um negócio terrível administrar a agenda aqui, por exemplo, com a nossa casa, porque chegávamos lá só para dizer: “Oi, estou aqui”. A mulher tinha que se virar com os quatro meninos. Era uma escadinha com diferença de um ano. Era levar e trazer da escola. Quando chegava, os meninos já estavam dormindo; quando saía, já tinham saído, porque os quatro estudavam pela manhã. Mas, às vezes, eu saía antes de acordarem.

Fiquei até o final da Constituinte. Só não vim no dia da promulgação. Jogava-se papel na última votação do texto. Essa equipe era o Dr. Paulo Afonso²² junto com Mozart, que era adjunto do Dr. Paulo Afonso Martins, que era o Secretário-Geral da Mesa da Câmara. Quer dizer, esse nosso trabalho foi até o final, até a antevéspera da promulgação no dia 5 de outubro. Depois inclusive ficamos para tratar do acervo, para dar formatação adequada a esse documento, essa coisa toda.

16. A Secretaria da Comissão de Sistematização

A Secretaria da Comissão era comandada pela Maria Laura Coutinho e suas substitutas também eram mulheres. Elas tinham uma coisa: além de competentes, eram muito dedicadas. E todas comprovaram isso, porque todas eram Secretárias de Comissão: a Maria Inês²³, a Maria Laura, a Maria Júlia²⁴, a Maria Linda²⁵ — esta

²² Paulo Afonso Martins de Oliveira (1927-2005). Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados (1965-1988). Ministro do TCU (1988-1997).

²³ Maria Inês de Bessa Lins

²⁴ Maria Júlia Rabello de Moura

²⁵ Maria Linda Magalhães



não era bibliotecária, mas o seu último cargo foi o de Secretária da Comissão de Finanças, que hoje é a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Havia mais Marias nesse negócio. A Hilda²⁶ não era Maria, mas a Laura a chamava de Hilda Maria. Ela dizia: “*Você vai ser Maria também*”. A Hilda era bibliotecária, originária daqui do Centro; depois, ela foi diretora do Departamento de Comissões, após a Constituinte.

A equipe da Comissão de Sistematização era composta só por servidores da Câmara. O Senador, o Relator e os Vice-Presidentes e Presidentes, como Fernando Henrique e Jarbas Passarinho, tinham a assessoria deles. O Senado teve sempre um corpo de assessoramento maior do que o da Câmara. Mas 90% era da Câmara. Na época, não era de consultor legislativo, mas de assessor legislativo o cargo. Uma dupla que trabalhou muito, chamada de Cosme e Damião, era formada pelo Vandir Ferreira²⁷, que saiu da Câmara e foi para o Ministério Público, e pelo Maurílio Groba²⁸, cuja filha acho que é consultora — não sei o nome dela, mas ela também é Groba²⁹. Quando estava me aposentando, ele trabalhava numa das lideranças.

17. A precariedade dos recursos tecnológicos

A Hilda foi quem criou, junto com o Presidente da época, o Deputado Inocêncio Oliveira³⁰, um sistema embrionário do Centro de Informática (Cenin), no Departamento de Comissões. Isso deu uma força, porque, durante e após os trabalhos da Constituinte, havia um problema muito grande com relação a essa questão da informatização dos processos na Câmara dos Deputados. Não faz muito tempo isso. Atuando no Departamento de Comissões, enfrentamos dificuldades, porque havia cálculos que nos arrepiavam, como o do gasto com papel no âmbito das Comissões.

²⁶ Hilda de Sena Correa Wiederhecker.

²⁷ Vandir da Silva Ferreira.

²⁸ Maurílio Penna Groba

²⁹ Regina Maria Groba Bandeira.

³⁰ Inocêncio Gomes de Oliveira. Deputado Federal, 1975-1979, PE, ARENA; Deputado Federal, 1979-1983, PE, ARENA; Deputado Federal, 1983-1987, PE, PDS; Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, PE, PFL; Deputado Federal (Congresso Revisor), 1991-1995, PE, PFL; Deputado Federal, 1995-1999, PE, PFL; Deputado Federal, 1999-2003, PE, PFL; Deputado Federal, 2003-2007, PE, PFL; Deputado Federal, 2007-2011, PE, PL; Deputado Federal, 2011-2015, PE, PR. Presidente da Câmara dos Deputados, 1993-1994.



Vou dar um exemplo pós-Constituinte: aprovada a Constituição, foram introduzidas algumas regrinhas que mudavam a antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O texto desse projeto era enorme e, em cada reunião ordinária da Comissão, assim como nas audiências públicas e nessas coisas todas, gastava-se muito papel.

Eu fui, por um período, Secretário da Comissão de Educação e Cultura — na época, ela tinha esse nome —, e o Presidente da Comissão na época dizia que todo o mundo estava cobrando, que todo o mundo queria aquele texto, o substitutivo do Relator àquele texto. O negócio era um monstro: acho que a Lei de Diretrizes e Bases tinha duzentos e noventa e tantos artigos.

Perguntei ao Departamento de Material e Patrimônio o custo do papel e, depois, ao Setor de Reprografia, o custo do processamento daquele texto. A Câmara pagava por cópia, alugava esses equipamentos. Cada vez que se fazia uma reunião, os textos sumiam, e só ficava a matriz — era a lei fundamental da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Levei esses dados para o Presidente da Comissão: *“Presidente, só por curiosidade, eu fiz este levantamento. O senhor não me pediu, mas fiz, porque me preocupo”*. *“Aquele material todo sumiu?”* *“Sumiu, porque toda hora tem gente querendo isso”*. Era apenas o anteprojeto. O custo dessas cópias, a cada reunião que se fazia, era mais alto do que o custo do salário do deputado por mês, o fixo. Aí, ele, que é gaúcho³¹, disse assim: *“Bah, tchê, mas tu tá mentindo?”* *“Não, só se o pessoal que me forneceu os elementos... Eu fiz um cálculo”*. Ele disse assim: *“Eu vou levar isso para a Comissão”*. Chegou e fez um apelo.

O Deputado Florestan Fernandes³² era membro da Comissão. Ele nunca me chamou pelo nome. Conversei com ele e disse assim: *“Professor, li muito, quando estava fazendo faculdade, as suas obras de sociologia.”* Li alguma coisa do Fernando Henrique, mas, ele é que era o titular da cadeira. Ele disse assim: *“Como é o seu nome?”* Eu falei: *“Ronaldo”*. Ele me chamava sempre de secretário. Ele chegou e disse assim: *“Secretário, fiquei impressionado com esse dado que o Presidente trouxe. É verdade?”* *“Está aqui.”* Ele disse: *“Mas não tem um meio*

³¹ Celso Bernardi. Deputado Federal - 1991-1995, RS, PDS.

³² Florestan Fernandes (1920 – 1995). Sociólogo. Deputado Federal - 1987-1991; 1991-1995, SP, PT.



mais...” Não tinha; era papel. Hoje, já temos esse recurso todo. Na reunião seguinte: *“Não, não vamos tirar mesmo”*.

Na primeira reunião, houve uma chiadeira: todo mundo queria uma cópia. O Deputado chegava, pegava um pacote daquele que pesava — mandei pesar — 1,5 quilo. Tinha que grampear, e não podia ser com qualquer grampeador. Chegavam assim: *“Ah, sou do grupo do professor não sei de onde. Quero três projetos desses”*. Então, quando chegou a hora da reunião, houve uma chiadeira. Não sobrou cópia nem para os deputados.

Contei isso para você ver o grau de dificuldade operacional que tínhamos na época. Os recursos tecnológicos disponíveis na praça a Câmara não possuía — o Senado possuía alguns poucos. O acompanhamento da matéria votada era feito por dois assessores, pela Secretaria, pelo assessoramento do Relator e da Presidência. Depois a gente se reunia em uma sala de reuniões da Presidência ou da Relatoria para consolidar o texto que seria votado em plenário. Pegávamos alguma coisa da gravação, porque demorava a degravação da sessão feita pela Taquigrafia. Basicamente, era para sair no dia seguinte. Essa dupla de assessores ficava na galeria da imprensa e eram discretos, porque, se ficassem lá embaixo, todo mundo ficaria perguntando: *“O que foi aprovado agora?”* A Secretaria dizia assim: *“Nós estamos redigindo”*. Muitas vezes, eu fiz esse trabalho, porque tinha habilidade em datilografar — hoje não tenho tanta, porque passamos a usar o computador. Eu ia depois para a Secretaria, porque tinha que deixar aquilo com o Relator e com o Presidente, para que se produzissem cópias xerográficas a serem mandadas ainda cedo para os gabinetes, para mostrar até que ponto se havia votado, qual era o texto. É claro que, eventualmente, havia alguma incorreção no processo. *“Mas e isto aqui?”* *“Não, foi corrigido. A gente via e, na hora da reunião, já dizia para substituir.*

Digo isso para que você perceba o grau de dificuldade e, mais do que isso, de precariedade. Dependíamos de anotação até para fazer a ata. Era praticamente o responsável pela elaboração das atas, da sistematização até a Comissão de Redação. Sempre a Secretária e eu fazíamos isso. A dificuldade era enorme. Passaram-se 30 anos, e, felizmente, isso não faz parte mais do presente.



18. O Senador Afonso Arinos

Para quem tiver curiosidade, conheci o Prof. Afonso Arinos antes da Comissão. Ele era também jornalista, além de escritor. O primeiro contato, a primeira vez em que conheci alguma coisa dele foi lendo uma obra que publicou sobre o pai dele, que era um estadista do Império. Foi por acaso. Um vendedor de livro me vendeu aquelas edições consolidadas da Aguilar, uma dessas editoras, e vi um volume feito por ele sobre o pai dele. Depois vim a conhecê-lo, eu digo, o Senador. Ele sempre me perguntava: *“Você é de onde, meu filho?”* Eu dizia: *“Eu sou do Maranhão”*. *“De que família?”* Eu dizia: *“Ah, Senador, é complicado, porque meu pai nasceu lá nos cafundós...”* Ele dizia assim: *“Eu sou amigo do fulano, do beltrano”*, do pessoal que foi contemporâneo dele no Senado, na Câmara, principalmente na Câmara, em que ele ficou por muito tempo, não é? *“Ah, eu conheci muito fulano e beltrano”*.

A gente sentia que o Presidente Afonso Arinos não fazia questão de presidir as reuniões da Comissão. Ele só fazia questão quando via que o assunto era importante. Ele tinha uma assessora, a Ana Lúcia de Lyra Tavares, que era muito próxima a ele. Ela ficava, conversava.

Às vezes, quando começávamos a pensar que ele estava desligado da coisa, era o contrário. Por exemplo, quando um colega fazia uma advertência, dizendo *“Senador, o senhor tem que falar mais alto”*, ele dizia *“Deixa comigo!”*, como se dissesse assim: *“De mais longe eu já vim”*. Ele dizia: *“Eu tenho que falar baixo, porque senão eles não se calam; se eu aumentar minha voz, eles aumentam a deles”*. Essa era a técnica dele. Ele tinha uma técnica de abaixar o tom quanto maior o barulho. E ele tinha razão: quando ele começava a baixar o tom, os constituintes quase subiam naquele negócio ali para dizer: *“Aumenta!”* Não tínhamos dispositivo para aumentar o volume.

Houve uma vez em que ele falava, era uma gritaria, um queria um microfone, outro queria outro, e ele, presidindo. Nós ficávamos preocupados com o Senador. Uma vez lembro de uma colega que trabalhava lá e que disse: *“Senador, o senhor tem que falar mais alto”*. Ele disse: *“Eu sei o que estou fazendo, minha filha”*. Era uma colega. O microfone tem um dispositivo que aumenta o som ou pelo rapaz do controle ou na própria mesa. Às vezes, o Presidente pede: *“Aumenta o som aí,*



porque não está funcionando”. Na época, havia. Aí, repito, ela disse: “*Senador, o senhor tem que falar mais alto*”. Ele disse: “*Eu sei o que estou fazendo, minha filha*”. Era aquele negócio. E o pessoal ia realmente calando. Mas nós sentíamos que demorava um pouco. Quando ele percebia, agradecia e voltava. Aí todo mundo ouvia. Ficava aquele silêncio. Havia gente que só faltava, no plenário da Câmara, muitas vezes, ou do Senado, subir ali perto das taquígrafas, onde há uma rampa, para saber: “*O que o senhor está dizendo?*” Depois, numa reunião, alguém disse: “*Senador, se o senhor quiser, há um dispositivo lá que aumenta...*”. Ele não mexia em botão nenhum — era o controle. Às vezes, o microfone não estava bem postado. Ele explicou que, calejado de disputas muito acaloradas junto com Carlos Lacerda³³ e outros, inclusive nos episódios e discussões políticas que antecederam a morte de Vargas, ele estava naquele negócio, naquele calor. Quer dizer, imaginem, depois de tanto tempo... Nós ouvíamos alguém dizer: “*Não, é porque ele está muito cansado.*” Não! Era uma técnica que ele usava para obter silêncio. Havia duas oportunidades em que sempre eu via o Plenário silenciar aquele burburinho todo sem ninguém pedir silêncio: quando falava o Senador Afonso Arinos e quando falava Mário Covas³⁴. O Senador Afonso Arinos falava muito bem, era bem articulado, com conteúdo. Ficávamos impressionados depois das gravações.

Havia assuntos aos quais aparentemente o Senador não estava prestando atenção, mas ele estava. Ele dava respostas — estão lá nos textos — que nos surpreendiam. Depois nós comentávamos nos bastidores. Até no próprio âmbito da Relatoria, que os Deputados frequentavam, dizia-se assim: “*Eu não sei como é que o Senador, que nós achávamos que estava dormindo ou coisa parecida, disse isso!*” Ele parecia desligado, porque ficava preocupado com uma questão ou outra. Ele ficava ali sentado, naquela tranquilidade. Pensávamos: “*Não, ele está desligado de tudo, nem está ouvindo*”. Um deputado pedia para assumir o microfone, outro assumia o outro, faziam apartes. Aí, quando ele fazia a intervenção, ele fazia uma conciliação ou, algumas vezes, uma reprimenda muito diplomática, porque nisso ele era craque. Às vezes, o pessoal ficava rindo, pedia desculpas, aquele negócio. Mas,

³³ Carlos Frederico Werneck Lacerda (1914-1977). Deputado Federal - 1955-1959; 1959-1963 – UDN, DF. Governador da Guanabara – 1960-1965.

³⁴ Mário Covas Júnior (1930-2001). Deputado Federal, 1963-1967, SP, PST; Deputado Federal, 1967-1971, SP, MDB; Deputado Federal – SP (1983-1987). Senador – SP (1987-1995). Governador – SP (1995-2001).



na reunião, ele estava sempre atento. Eventualmente, por uma razão compreensível, ele pedia a alguém que o substituísse, mas ele sempre fez questão de estar presente às reuniões, com muita atenção.

Agora, o que mais me impressionava nesse tempo todo era a facilidade que ele tinha de resolver os problemas que surgiam, os embates, aqueles negócios. Os parlamentares ficavam quase trocando tapas lá; puxavam o microfone, discutiam. Aquilo era muito normal. Ele disse uma vez a um deputado — eu não vou citar o nome aqui, mas está nos Anais — o seguinte: *“V.Exa. não precisa falar tão alto, porque é prejudicial para quem está ouvindo, para quem está assistindo e para nós próprios. Eu, que estou nesta Presidência, sou um velho e experimentado parlamentar, de embates históricos no Parlamento brasileiro, e V.Exa., que é um jovem deputado, está aí com esse ar”*. Aí, ele dizia alguma expressão que provocava até o riso. Assim, numa intervenção ele desmontava, desarmava os espíritos.

Hoje tenho a absoluta certeza de que, se fosse outro constituinte naquela situação, naquele ambiente do País, da própria Assembleia, com aquelas questões todas pendentes, com aquela ansiedade toda, se não tivesse sido o Senador Afonso Arinos — com a experiência, com o jeito dele, apesar da idade — a conduzir aqueles trabalhos. Talvez não tivéssemos chegado com uma certa tranquilidade, como chegamos, ao final do processo da Constituinte, na Comissão e também no plenário. Quando ele fazia intervenção no plenário, todo mundo o ouvia, todo mundo o respeitava.

A preocupação que tínhamos — ouvimos comentários — é de que ele não teria condição de segurar a peteca, de que ele não teria pulso para conduzir uma Comissão tão importante e, claro, polêmica, porque você sistematizar não é pegar uma folha, juntar com a outra, aquele negócio, um texto que às vezes tem muita incongruência, muita incompatibilidade para juntar isso com aquilo, coisas diferentes. Não era função dele fazer isso, mas ele acompanhava, porque conversava com o Relator, tinha a sua assessoria. Durante a reunião, ele estava atento. Quando ele pedia uma intervenção dava uma aula, com muita frequência, nos discursos dele, nos pronunciamentos dele, e pedia sempre desculpas pelo alongado pronunciamento. Ele pedia desculpas, mas fazia citações, o que eu acho que enriquecia o debate, fazia diminuir as tensões, o que era muito natural. Agora,



imagina se fosse um deputado mais incisivo. Eloquentemente ele sempre foi porque tinha bagagem para isso. Ele dava nó nas construções fraseológicas dele. Havia hora em que eu pensava: *“O Senador perdeu a linha do negócio”*. Mas à frente à gente dizia: *“Não, não perdeu não.”* Ele estava atento para aquele negócio.

Uma crítica que se ouviu eventualmente era esta: *“Disseram que o Senador não tem...”* Claro que devido à sua idade, com aquelas condições, num processo cansativo, desgastante, sem dúvida, e ele... Quer dizer, claro que às vezes... Eu ouvi um comentário, em certa oportunidade, de um constituinte, que disse assim: *“Eu acho que o Senador está pouco preocupado com o lado para o qual vai o País, porque ele já enfrentou tantas “batalhas” — entre aspas — no Congresso e fora dele, atuou dentro e fora do País”*. Mas atuou principalmente dentro. Ele travou tantos embates, principalmente por meio da palavra.

Por exemplo, um deputado, não vou citar o nome aqui, mas era da representação do Rio de Janeiro, dizia assim: *“O problema do Senador é que a gente conversa um assunto com ele seriamente, aí depois você vira, fecha a porta, quando volta, ele, ó, nem ligou”*. Ledo engano. Podia acontecer, porque ele se fixava em coisas importantes, sempre. O que não interessava, é claro, alguma conversa, entra na sua sala alguém, chega, conversa sobre amenidades, com algumas coisas você fica preocupado; senão, fecha a porta, você esquece. A mesma coisa acontecia com ele. Aí você ia falar alguma coisa que chamava a atenção, alguém dizia assim *“Conversei e conversei com o Senador, mas acho que amanhã vou ter que repetir a conversa”*. Engano, porque ele chamava a assessoria dele, uma assessora, e dizia assim: *“Doutora, anota aí, que quero dar uma resposta”*, não sei o que lá.

Eu acho que ele tinha uma memória seletiva muito marcante, apesar de às vezes, quase sempre, ele chegar e perguntar como era o nome da secretária: *“Minha filha, como é seu nome mesmo?”* Mas já pensou se ele fosse ocupar a memória com o nome das pessoas? Na área da neurociência — acho que é isso — alguém diz que você não pode ficar ocupando a memória com tanta coisa, que tem que ser com coisas importantes.



19. A disputa pela relatoria da Comissão de Sistematização

Instalada a Comissão, houve uma eleição muito disputada para o cargo de Relator, porque, em princípio, seria uma indicação. O então Líder do PMDB, Senador Mário Covas, fez a indicação do ex-Líder do PMDB na Câmara, o Deputado João Pimenta da Veiga³⁵, de Minas Gerais, à época um deputado muito eloquente e articulado. Houve até um documento subscrito por, se não me engano, 40 parlamentares da bancada do PMDB, reforçando essa indicação do Líder.

Entrou também na concorrência para a relatoria o Bernardo Cabral³⁶, que tinha muita força dentro do partido. Ele foi um deputado do PMDB do Amazonas, ex-Presidente da OAB, que ganhou muita notoriedade em função de um atentado a bomba na sede da OAB no Rio de Janeiro. Uma carta-bomba explodiu, e faleceu uma secretária, se não me engano, D. Lyda³⁷. Então, à época, era Presidente o advogado Bernardo Cabral, ex-deputado, que foi cassado, etc. Ele já era integrante do PMDB antes da intervenção militar. Ficou afastado esse período, mas ganhou mais notoriedade, sempre foi um deputado bem articulado, dominava bem a linguagem do Parlamento, tinha conhecimento e reuniu forças políticas suficientes para a indicação. Era muito ligado ao Senador Nelson Carneiro³⁸, que era da representação do PMDB do Rio de Janeiro e tinha até participação na atividade advocatícia no Rio. Há uma deputada que está aí ainda — à época ela não era —, que é filha do Senador que trabalhou com o Bernardo Cabral: a Deputada Laura Carneiro³⁹, que trabalhou conosco na Comissão. Ela era funcionária do gabinete. E sentíamos, percebíamos pelas articulações, pelas conversas dos bastidores...

Houve a disputa, e foi uma eleição bem acirrada, em duas rodadas. Concorreram, na primeira, Bernardo Cabral, Fernando Henrique Cardoso e Pimenta da Veiga. Ficaram os mais votados: Bernardo Cabral e Pimenta da Veiga. Fernando

³⁵ João Pimenta da Veiga Filho. Deputado Federal - 1979-1983, MG, MDB. Deputado Federal - 1983-1987; 1987-1988. Deputado Federal - 1999-2003, MG, PSDB. Ministro das Comunicações, 1999-2002.

³⁶ José Bernardo Cabral (1932-). Deputado Federal – AM (1967-1969; 1987-1991). Ministro da Justiça (1990-1990); Senador – AM (1995-2003). Relator da Constituinte.

³⁷ Lyda Monteiro da Silva (1920-1980). V. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-09/secretaria-da-oab-morta-em-atentado-em-1980-foi-vitima-de-agentes>

³⁸ Nelson Carneiro (1910-1996). Deputado Federal - 1947-1950, BA, UDN; Deputado Federal - 1951-1955; 1959-1963, BA, PSD. Deputado Federal - 1963-1967, GB, PSD. Deputado Federal - 1967-1971, GB, MDB. Senador – 1960-1971, GB. Senador – 1975-1995, RJ.

³⁹ Maria Laura Monteza de Souza Carneiro. Deputado Federal - 1995-1999, RJ, PP. Deputado Federal - 1999-2003, RJ, PFL. Deputado Federal - 2003-2007, RJ, PFL. Deputado Federal - 2015-2019.



Henrique tinha sido Relator do Regimento Interno. Houve uma ligeira disputa, mas ele permaneceu como Relator do Regimento Interno da Assembleia.

Na segunda rodada, em que concorreram Pimenta da Veiga e Bernardo, Bernardo Cabral levou a melhor. Nessa eleição, o então Senador Mário Covas, Líder do PMDB na Constituinte, fez um pronunciamento atribuindo para si a culpa pela derrota, na verdade uma dupla derrota do Deputado Pimenta da Veiga. Foi dupla porque, logo em seguida, ele foi indicado para uma das Vice-Presidências da Comissão, que eram duas, e perdeu. Ele teve duas derrotas seguidas, um ex-líder do partido, apoiado por um Líder de bastante prestígio dentro do PMDB, que era Mário Covas.

Acho que ele perdeu porque, na eleição da Comissão, como a Comissão era composta originariamente por 49 membros mais os presidentes e relatores das Comissões Temáticas e Subcomissões, esse número passou de 49 para 93 membros, e eram de todos os partidos. É como funciona no Regimento da Câmara: deve haver, pelo menos, um representante do partido naquela Comissão. Até hoje, se não me engano, permanece isto no Regimento Interno da Casa: o partido tem direito, pelo menos, a uma relatoria. Se não tiver pelo jogo da proporcionalidade, pela disputa, ele tem direito a pelo menos um e, então, coloca logo um, porque tem menor representação, e os outros concorrem naquele processo cujo cálculo é feito no início da legislatura. O Deputado Pimenta da Veiga perdeu duas eleições seguidas, para a relatoria e para a 1ª Vice-Presidência da Comissão.

20. A intensidade dos trabalhos na Comissão de Sistematização

Instalada a Comissão, começaram as articulações. O Senador Afonso Arinos, de uma larga experiência política e muito prestígio, era respeitado por todas as correntes, até pelos mais ferrenhos opositores ideológicos, aqueles da extrema esquerda, porque ele era considerado da direita, mas do centro. Ele tinha uma formação que nos espantava. As conversas eram sempre bem pausadas, com bastante conteúdo. Ele me impressionava porque começava a falar, e nós dizíamos: *“Ele perdeu o fio da meada, não é?”* Lembro muito de uma professora de português que me dizia: *“Essas orações são muito compridas. Você junta, intercala orações*



substantivas com adjetivas”. É aquela coisa de gramática, de formação de texto, você não pode fazer períodos muito longos, aquele negócio.

Tive oportunidade de acompanhar reuniões, porque eventualmente substituía a Secretária nos trabalhos de condução do Plenário. Mas ficava sempre. Particpei rigorosamente de todas as reuniões da Comissão. Acompanhei. Era muito cansativo. Nós ficávamos aqui, não tínhamos tempo. Chegávamos antes e saíamos depois. Às 7, 8 horas da manhã, mais ou menos, já tínhamos que estar, porque a reunião era às 9 horas. Quando a Comissão passou a se reunir logo depois da enxurrada de projetos que chegavam não havia tempo. Saíamos mesmo, porque dizíamos assim: *“Vou para voltar daqui a pouco”*. Havia falta de estrutura, mas havia o espírito. Acho que o ambiente era contaminado por aquela vontade de ganhar tempo.

Havia uma expressão que ficou muito consagrada na voz do Dr. Ulysses, que era chamar: *“Meus amigos, vamos votar. A Nação precisa”*. Ele dizia até nas reuniões, nos bastidores: *“Vamos superar isso”*. Ele sempre teve aquela ânsia de não perder tempo. Acho que uma preocupação era: se demorar muito, pode ser que alguém venha a atropelar esse processo. Acho que o receio dele maior era esse, porque vivíamos uma situação ainda de instabilidade política. Quer dizer, havia uma expectativa daqueles que estavam deixando o poder, que eram uma parcela muito grande da seara política no Brasil, e daqueles, digamos assim, que se movimentavam para ocupar esses espaços.

21. O caso da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

Em uma das Comissões, a oitava, naquele roteiro que foi traçado, que tratava de educação, comunicação, ciência e tecnologia, houve uma dificuldade, um problema, e não se produziu o texto. Todas as outras produziram um texto. Era um anteprojeto de cada Comissão, porque se consolidava o que era produzido pelas Subcomissões. Então, as Comissões Temáticas apresentavam à Comissão de Sistematização um texto consolidado.

Nessa Comissão, houve a tentativa de votação, tumultuada, principalmente porque conjugava educação, comunicação, ciência e tecnologia. Nessa área de



ciência e tecnologia, havia uma — entre aspas — “guerra” sobre a questão do *software* — tinha que ser produzido aqui, tinha que vir de lá; havia dependência deste ou daquele país. Acho que foi a Comissão Temática que teve as discussões mais acaloradas. Terminaram não aprovando o texto. Depois, a maioria da Comissão subscreveu um documento, encaminhando um texto que não foi formal e solenemente aprovado na plenária, como nas demais Comissões. Ficou esse trabalho para o Relator. Chegando esse texto da Comissão, começou realmente o trabalho acelerado.

22. Disputas na Constituinte: o projeto de decisão e a dívida externa

Quando foram instaladas as Comissões e Subcomissões, trabalhamos paralelamente. Antes de chegarem os textos das Comissões, estávamos preparando a recepção, o espaço, toda a infraestrutura para poder funcionar a Comissão. Chegamos, montamos a equipe — já havia uma e a ela foram agregados alguns servidores que foram convidados — e aguardamos, porque paralisaram o trabalho das Comissões Temáticas e vieram vários integrantes para se incorporarem a nossa equipe.

Mas o trabalho começou a pegar fogo. Já no começo havia um dispositivo no Regimento da Assembleia, se não me engano, o art. 57⁴⁰, que previa uma decisão da Assembleia para enfrentar alguma eventual dificuldade que se apresentasse aos trabalhos da própria Assembleia, como se fosse uma salvaguarda, que era chamado de projeto de decisão.

A questão da dívida externa brasileira foi sempre bastante complicada. Nessa época, então, estava lá nas alturas. Surgiu uma iniciativa, um projeto de um deputado da bancada do Rio Grande do Sul mais o pessoal da esquerda no sentido de auditar a dívida externa. É uma coisa que, vez por outra, aparece. Essa questão

⁴⁰ Na verdade, “Art. 59. Constituem proposições, além do Projeto de Constituição: (...) V. projetos de decisão; § 7º Os projetos de decisão destinam-se a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembleia Nacional Constituinte...” V. http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/regimento-interno-da-asmbleia-nacional/resolucao-2-1987



da dívida externa, quando foi provocada por esse projeto de decisão do Deputado Hermes Zaneti⁴¹, causou um *frisson* muito grande nos bastidores: pode, não pode.

Diga-se, de passagem, que o próprio Presidente da Assembleia era o Vice-Presidente da República virtual. Não havia uma situação como a de hoje, não havia Vice-Presidente da República. Ele era o Presidente do PMDB, o Deputado Ulysses, o Presidente da Assembleia Nacional Constituinte e o virtual Presidente da República — Sarney saía, ele assumia.

Existia um agravante, que considero, e ouvi muitas opiniões nesse sentido. Comentavam que sobre ele havia uma carga muito pesada. Ele não era tão novo assim. A agenda dele era pesada. Só ser Presidente da Câmara, presidente do partido e Presidente da Assembleia e ainda ter que dedicar boa parte da sua atenção, da sua preocupação ao andamento da Presidência da República... Quem estava lá era um companheiro de partido, porque, naquela época, Sarney já era integrante do partido, uma condição para se eleger Vice-Presidente. Mas havia as naturais desconfianças de um processo que estava em andamento.

Tinha se criado a figura do Líder do Governo na Constituinte, que não estava prevista no Regimento, exercida por um Deputado do PMDB da Bahia, Carlos Sant'Anna⁴². Isso foi muito contestado: “*Onde está no Regimento?*” Na Câmara e no Senado, nas Casas, havia essa figura do Líder. Houve muitos protestos: “*Como?*” Como é que um Governo, se é um processo, não diria singular, mas um pouco atípico, porque rigorosamente não havia uma ruptura institucional forte. Havia, como se dizia, uma distensão gradual, lenta e, até certo ponto, segura. Havia muita indefinição, muita dúvida sobre essa caminhada.

Houve uma contenda muito grande do Deputado Carlos Sant'Anna contra esse tal projeto de decisão. Mas, ao final, foi rejeitado na Comissão, numa reunião tumultuada. Está lá no registro. Até o pessoal da Secretaria teve que fugir da Mesa. Tiveram que acudir o Senador, protegê-lo. Fisicamente, houve até ameaças de agressão. O ambiente era tão tenso, que depois essa reunião foi interrompida. Isso está nas atas. Tivemos dificuldades, até o pessoal de apoio, da Taquigrafia. Está lá,

⁴¹ Hermes Zaneti. Deputado Federal - 1983-1987; 1987-1989, RS, PMDB.

⁴² Carlos Corrêa de Menezes Sant'Anna (1931-2003). Deputado Federal - 1979-1983, BA, ARENA. Deputado Federal - 1983-1987; 1987-1991; 1994-1995, BA, PMDB. Ministro da Saúde – 1985-1986. Ministro da Educação – 1989-1990.



mas no registro não ficou muita coisa, ficou na memória. Era no antigo Auditório Nereu Ramos, e, ao lado, havia o gabinete do Presidente e do Relator. Então, quem pôde fugir... O Auditório Nereu Ramos era um forno. Tinha uma porta de entrada e saída e pronto. Era um negócio assim meio...

Bem foi um primeiro teste na Comissão de Sistematização. Passada a disputa pela eleição do Relator e da 1ª Vice-Presidência... O 2º Vice-Presidente era um deputado do Rio de Janeiro, do PDT, Brandão Monteiro⁴³. Foi tranquilo. Mas houve uma disputa entre o Deputado Pimenta da Veiga, derrotado, para a relatoria, e o Deputado Aluizio Campos⁴⁴, que era da representação do PMDB da Paraíba. Aí aquele negócio começou a esquentar. Quando veio esse projeto de decisão, pegou fogo. A Secretaria inclusive teve dificuldade para produzir a ata sucinta, porque foi feito o seguinte esquema, como estratégia: produziu-se uma ata sucinta para ser lida na reunião seguinte e submetida à apreciação. Ficaria a ata circunstanciada para depois, com a gravação, porque demorava. O nosso serviço de Taquigrafia, de som, até liberar aquele texto... Nós tínhamos que produzir um documento para a reunião seguinte, porque o negócio tinha começado e era acelerado. Qual era o dado? Tivemos dificuldade inclusive para avaliar a conveniência de colocar determinadas coisas. Não digo que houve muita gravidade, mas chegamos quase próximos a isso.

A briga era generalizada, porque havia o pessoal que era contra o projeto e o pessoal que era a favor. Além do próprio autor, cito aqui sempre discussões muito acaloradas dos Deputados José Genoíno⁴⁵, Cristina Tavares⁴⁶, Haroldo Lima⁴⁷, Aldo Arantes⁴⁸. Era um pessoal que tinha lá as suas razões, porque era um assunto muito sensível a questão da dívida. Rigorosamente, o Relator da matéria, Deputado Prisco Viana⁴⁹, do PMDB da Bahia, se posicionou contra. Ele foi contra. Foi uma votação

⁴³ José Carlos Brandão Monteiro (1938-1991). Deputado Federal - 1983-1987; 1987-1991; 1991-1995, RJ, PDT.

⁴⁴ Aluizio Afonso Campos (1914-2002). Deputado Federal - 1983-1987; 1987-1991, PB, PMDB.

⁴⁵ José Genoíno Neto (1946-). Deputado Federal – SP (1983-1987; 1987-1991; 1991-1995; 1995-1999; 1999-2003; 2007-2011; 2011-2015).

⁴⁶ Maria Cristina de Lima Tavares Correia (1934 – 1992). Deputado Federal - 1979-1983; 1983-1987, PE, MDB. Deputado Federal - 1987-1991, PE, PSDB.

⁴⁷ Haroldo Borges Rodrigues Lima. Deputado Federal - 1983-1987, BA, PMDB. Deputado Federal - 1987-1991; 1991-1995; 1995-1999; 1999-2003, BA, PCdoB.

⁴⁸ Aldo da Silva Arantes. Deputado Federal - 1983-1987; 1987-1991, GO, PMDB. Deputado Federal - 1995-1999; 2000-2003, GO, PCdoB.

⁴⁹ Luiz Humberto Prisco Viana (1932 – 2015). Deputado Federal - 1971-1975; 1975-1979; 1979-1983, BA, ARENA. Deputado Federal - 1983-1987, BA, PDS. Deputado Federal, 1987-1991; 1991-1995, BA, PMDB.



apertada, porque o PMDB tinha maioria e, junto com outros partidos, achava que era um assunto sobre o qual a Constituinte não deveria se pronunciar, embora não houvesse uma discussão clara de que a competência desse projeto, dessa iniciativa, era no sentido de afastar qualquer obstáculo que impedisse o funcionamento da Assembleia.

Mas, como era uma Constituinte, quem foi buscar razões mais profundas quanto à competência, defendia: *“Não, a Constituinte pode tudo. Tem esse poder”*. Na verdade, não podia, pela condição política que o País enfrentava, pela situação. Havia muita, como se diz na gíria, louça para elefante andar na sala. Ou seja, tinha que haver muito cuidado. Realmente havia razão.

23. O Frankenstein

Daí para frente, veio o trabalho, a função do Relator de definir, de consolidar um texto, de sistematizar oito textos diferentes. Foi trabalhada a ideia. O roteiro que foi traçado dos trabalhos era de inverter determinados assuntos na disposição dos títulos, na estrutura do próprio texto constitucional, para dar prioridade. Essa questão de governo, de estrutura de estado ficou para depois. Inverteram. Disseram para dar prioridade, como foi dito em discursos várias vezes por deputados, como era a Constituição Cidadã, para priorizar o homem, o cidadão. Se observarmos os textos anteriores, inclusive, de 1946, de 1967 e a reforma de 1969, os Direitos e Garantias Fundamentais ficavam lá para o final. Houve uma inversão.

Nos textos produzidos pelas Comissões Temáticas, alguns setores se sentiram atingidos, como as Forças Armadas. Houve questões, como ordem econômica, propriedade da terra, reforma agrária, que mexeram com setores importantes da sociedade. Assim começou a haver uma reação externa, da imprensa, segmentos se pronunciaram. Havia muitos interlocutores para conversar, para ouvir do Presidente da Assembleia, e do seu entorno, e manifestar suas preocupações. Eles diziam assim: *“Olha, saiu do Palácio do Planalto determinado comentário; das Forças Armadas, outro”*.



Nós presenciávamos isso com frequência. Não tínhamos tempo para ouvir essas coisas, mas pelas circunstâncias acabávamos ouvindo: *“Olha, houve um comentário. O jornal tal publicou isso. O presidente da federação, o presidente da confederação disse tal coisa”*. Veio o Relator e produziu o texto, apelidado, até hoje, de Frankenstein, aquela figura mitológica criada no início dos anos de 1800, aquela figura, talvez, a primeira iniciativa — que depois foi sucedida por Alfred Hitchcock, de criar aquela figura —, como se diz, mitológica, apavorante.

Então, eles disseram logo: *“Vem o Relator Bernardo Cabral para dois”*. Um texto Frankenstein. Por que Frankenstein? Porque juntou, não havia uma regra. Era a Comissão de Sistematização. O que é sistematizar? É pegar alhos com bugalhos, juntar. Ele juntou, consolidou um texto, que depois foi submetido ao processo de emendamento no ato da Comissão. Havia uma crítica: *“Mas Relator não pode fazer isso, não pode fazer aquilo”*. Mas a compatibilização é exatamente isso, quer dizer, o próprio nome da Comissão já dizia: sistematização. Sistematizar, na área, por exemplo, jurídica, era a interpretação sistemática que há de texto — teológica, literal... Há diversos tipos de interpretação, há muitas técnicas variadas de interpretação de normas jurídicas. Quando se trata de Constituição é uma coisa mais grave, porque nem sempre a interpretação que aparece, que surge, que prevalece é a mais conveniente para aquela situação. Vai ao gosto do intérprete.

Mas esse processo, durante a elaboração da Constituição, na Comissão, o Relator inventou. Como é que se vai juntar aquilo? Quer dizer, foi um texto produzido. Já a primeira dificuldade foi no âmbito das Subcomissões, encaminhando para a Comissão para consolidar um texto, depois para Sistematização. Mas, com muita habilidade, diga-se de passagem, do Relator Bernardo Cabral.

Houve muito comentário na imprensa e bastidores de que ele não era a pessoa adequada para exercer esse papel, dado o seu currículo, porque ele apresentou alguns dados que depois foram parar na imprensa, e a imprensa criticava, alfinetava. Havia juristas nessa área, constitucionalistas com um currículo mais avantajado, quer dizer, com maior expressão. Mas não se pode negar, e nós acompanhamos de perto, a habilidade, o senso de conciliação. Ele recebia todo mundo. Até hoje há declarações. Ele sempre nos recebeu, na casa dele, onde estivesse. Ele se comunicava muito bem com qualquer interlocutor. Ele se dedicou



muito, fez um esforço muito grande. Por várias vezes nós ouvimos a confissão dele dizendo assim: *“Eu estou exausto!”* Ele recebia a gente bem.

24. O emendamento

Quando o texto foi sendo condensado, com tratamento das emendas e do processo, havia muita reclamação sobre a fusão de emendas. Eu ouvia com muita frequência a acusação de que estavam fundindo nada com coisa nenhuma. A própria definição que se dava à fusão de emendas, quer dizer, era fusão de parte de texto com emendas. Então, pegava-se trecho do texto e da emenda e juntava. A tendência era naquele rumo. É uma coisa, de certa forma, subjetiva. Como seria a interpretação? Como o processo dessa discussão era acelerado, havia protestos. *“Eu estou lendo aqui o texto. De onde ele tirou isso?”* O Relator ou os Relatores-Adjuntos, porque depois passaram a atuar alguns Relatores-Adjuntos, porque o Constituinte Cabral às vezes se levantava e dizia assim, depois das reuniões: *“Estou só o caco”*. Tinha que resistir, porque aquela função, como dizia ele, era indeclinável.

Ele atuava com Nelson Jobim, José Fogaça⁵⁰, Fernando Bezerra Coelho⁵¹, Antônio Carlos Konder Reis⁵² — que foi governador, senador e na época era deputado por Santa Catarina. Atuavam alguns outros constituintes que, de certa forma, eram mais discretos, como Bonifácio de Andrada⁵³. Eram vários constituintes que atuavam, porque era um trabalho hercúleo, como se dizia, cuidar daquele texto todo, daqueles textos.

Na verdade, quando havia um processo de emendamento, era uma enxurrada de emendas. O Relator até reforça isso. Estive lendo recentemente uma matéria que ele publicou numa revista dessas daí. Disse que diziam para ele assim: *“Ah, mas o Relator não leu.”* Ele fazia questão de dizer: *“Li todas, fui dormir tantas horas...”*

⁵⁰ José Alberto Fogaça de Medeiros. Deputado Federal - 1983-1987; 2015-2019, RS, PMDB. Senador – RS, 1987-2003.

⁵¹ Fernando Bezerra de Sousa Coelho. Deputado Federal - 1987-1991; 1991-1992 PE, PMDB. Senador – PE, 2015-2022. Ministro da Integração Nacional – 2011-2013.

⁵² Antônio Carlos Konder Reis (1924-2018). Deputado Federal - 1955-1959; 1959-1963, SC, UDN. Deputado Federal - 1987-1991, SC, PDS. Deputado Federal - 1999-2003, SC, PFL. Senador – SC, 1963-1970; 1971-1975. Governador – SC, 1975-1979.

⁵³ Bonifácio José Tamm de Andrada. Deputado Federal - 1979-1983, MG, ARENA. Deputado Federal - 1983-1987; 1987-1991; 1991-1995, MG, PDS. Deputado Federal - 1995-1999, MG, PTB. Deputado Federal - 1999-2003; 2003-2007; 2007-2011; 2011-2015; 2015-2019, MG, PSDB.



Dormia no gabinete ou na casa dele, onde estivesse. Mas falava sobre cada uma das emendas. Em certa oportunidade, alguém disse assim: *”Sr. Relator, V.Exa. não leu as minhas emendas.”* *”Li.”* *”A que parte o nobre Constituinte”* — era expressão dele — *”se refere?”* *”Li, porque tem isso e tem aquilo.”* Ele dizia a razão pela qual não incorporou, ou porque já havia sido incorporada por outra proposta que a antecedia ou porque ele apenas, como se diz, dava uma redação, acompanhando o sentido, não com as mesmas palavras. *”Não, mas onde é que está aquilo?”*

Vi muitas vezes ele responder, tanto na Comissão quanto no Plenário, a essas — não eram muito frequentes — eventuais indagações. Era muito usual, nas duas Casas, Câmara e Senado, dizerem assim. *”Aprovada em parte ou incorporada em parte, não sei o que lá...”* Alguém mais enfático dizia assim: *”O senhor está juntando nada com coisa nenhuma, fazendo um texto”*. No caso da fusão de emendas, aproveitava o sentido. Quer dizer, pegava o espírito da coisa. Existe isso na formulação de norma jurídica, nem sempre com as mesmas palavras, com as mesmas expressões, embora isso possa eventualmente mudar o sentido. Mas é aquela coisa, contemporizar ao máximo, porque não podia atender a todos. Eram muitas propostas em todas as fases do processo de emendamento e discussão. Está tudo aí registrado.

Diziam assim: *”Como é que pode um Relator só?”* Ele tinha ajudante, tinha uma assessoria boa, mas era muito pertinaz, muito atencioso, muito arguto e muito acessível. Eu ficava impressionado, porque o gabinete dele estava sempre cheio. Era governador, era prefeito, representante disso e daquilo na sala! Diziam assim: *”Quando é que ele tem tempo?”* Uma vez uma moça perguntou, não me lembro se foi a Deputada Laura Carneiro, que tinha trabalhado com ele como estagiária no escritório no Rio de Janeiro. Era filha de senador e tinha liberdade de tocar nesse assunto. *”Mas, Dr. Bernardo, como é que o senhor consegue conciliar essa fila interminável à porta do seu gabinete?”* Às vezes, entravam grupos, que nem cabiam... Todos levantavam... *”Como é esse negócio? E, depois, o senhor tem produzido?”* *”Não, eu li tudo aquilo.”* E ainda opinava como Relator e dava satisfação, em plenário ou onde estivesse, sobre aquilo.

Para mim, que não o conhecia... Eu o conheci porque estava na Câmara, mas não me lembrava dele. Quer dizer, diante de alguma crítica que se fazia na imprensa



ou mesmo nos bastidores sobre essa condição de ele ser o Relator-Geral, para mim não foi surpresa, porque não o conhecia, mas me surpreendia pela capacidade que ele tinha de conduzir esse processo, diferentemente da condição de ele ser Presidente da Comissão ou Presidente da Assembleia, porque aquilo, pelo menos em tese, é um processo mais simples de falação, de articulação, etc. Mas o dele era efetivo de redigir o texto de uma Constituição, numa situação como aquela que o País enfrentava de uma expectativa muito grande aqui dentro da Casa, onde funcionava a Assembleia, e na sociedade principalmente, em que havia essa cobrança, assim como da imprensa e de determinados segmentos.

Hoje, afastado um pouco, tive a oportunidade de conversar. Ele me chamava e eu só o conhecia daqui. Ele dizia: *“Olha, Dr. Ronaldo.”* Eu dizia: *“Eu não sou doutor, não. Doutor é o senhor”*. Aí ele dizia: *“Não, mas é”*. Ele, eventualmente, me chamava de *“meu amigo”*. Fui ao gabinete dele uma vez, como senador, porque ele teve necessidade de alguma coisa do arquivo e eu fui levar lá no gabinete, mas não o encontrei. Encontrei o rapaz que trabalhava com ele. Mas depois o encontrei e disse: *“Ah, Senador, por acaso, eu tinha um exemplar de um daqueles textos”*. Era tanta coisa que havia no arquivo, mas ele disse: *“Deve ter na Secretaria da Comissão”*.

Não posso deixar de frisar a admiração que tenho pelo trabalho do Relator. Nós funcionários ficávamos ali como coadjuvantes daquele processo. Não tratávamos do mérito das questões. O Relator tinha que administrar tudo aquilo com aquela pressão, porque era pressão do partido dele, dos outros partidos.

25. A assessoria da Comissão de Sistematização

A assessoria do Relator não era muito grande. Ele tinha a assessoria do pessoal do Senado, da Câmara, de alguns externos — tinha o Prof. Miguel Reale Júnior⁵⁴, que atuava junto ao Presidente e a ele, tinha o Prof. José Afonso da Silva⁵⁵ e outros.

O próprio Senador Afonso Arinos tinha uma moça que acho que era professora de uma universidade do Rio de Janeiro, se não me engano, com

⁵⁴ Miguel Reale Júnior. Ministro da Justiça – 2002.

⁵⁵ José Afonso da Silva. Jurista.



especialização em Direito Constitucional Comparado feita na França, com incursão pela Alemanha. Parece-me que ela é hoje procuradora da Justiça Militar. Era Ana Lúcia de Lyra Tavares, filha de um dos Chefes da Junta Militar que sucedeu o Presidente Costa e Silva, com seu falecimento, o General de Exército Aurélio de Lyra Tavares⁵⁶. Era uma pessoa muito competente. Trouxe alguém da Alemanha, que compareceu à Comissão, uma pessoa importante ligada ao Governo da Alemanha, que tem um sistema parlamentarista de governo. Foi distribuído um exemplar da constituição alemã publicado em português, que ela conseguiu, às comissões, como forma de esclarecer o funcionamento do sistema parlamentarista alemão. A Alemanha é um estado unitário, que não pode ser comparado com o Brasil, que é um estado federado. Mas serviu muito. Ele era uma pessoa muito discreta, muito competente. Atuava junto, direto com o Presidente.

26. O episódio dos três patetas

Houve um episódio que causou muita preocupação: o Presidente da República fez um pronunciamento ao ser instigado por essas forças que se achavam, de certa forma, insatisfeitas com o andamento dos trabalhos na época, com determinado assunto que estava sendo colocado. O Presidente da República fez um pronunciamento contra a Constituinte. Já estava o projeto no final do processo na Comissão e o Presidente da República fez um pronunciamento. Houve provocação tanto por parte da imprensa quanto dos interlocutores junto ao Presidente da Assembleia e junto ao Presidente da Comissão: *“Não pode! É interferência indevida!”* Aquele negócio todo, aí cobravam reação.

De tanto provocarem o Dr. Ulysses, ele rebateu⁵⁷. Essa dedução é minha, pelo que ouvíamos nos bastidores até do próprio Senador Afonso Arinos, que dizia assim, às vezes: *“Eu estou preocupado”*. Porque alguém chegava e dizia: *“Senador, o senhor ouviu o pronunciamento do Presidente da República?”* Ele sempre se dizia muito amigo, porque atuaram juntos dentro da União Democrática, que havia na

⁵⁶ A Junta Militar era formada pelo general Aurélio Lira Tavares, almirante Augusto Rademaker, o brigadeiro Márcio Souza e Mello.

⁵⁷ V. Ninguém vai ‘zerar’ a Constituinte, afirma Ulysses. https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/123787/1988_11%20a%2019%20de%20Fevereiro_126b.pdf?sequence=3



época, no Rio, a chamada “banda de música”, que eram Carlos Lacerda, Afonso Arinos e não sei quem. Sarney estava na periferia disso, porque era um deputado jovem ainda, na representação do Maranhão. Desde essa época, houve amizade. Ele foi designado coordenador dessa comissão constitucional dos notários para elaborar aquele anteprojeto, que terminou não vindo para a Assembleia. É aquele negócio. Ele ponderava: *“Não, mas aí...”* Eu sei que, de repente, o Deputado Ulysses foi à tribuna da Casa, num pronunciamento, à Mesa, e deu um recado bem forte. Em uma das colocações dele, referiu-se ao episódio da Junta Militar e a denominou, cognominou de *“Os Três Patetas”*. Está na história. .

Na verdade, nós estávamos cansados desses pronunciamentos. Foi tarde. Estávamos na Comissão. Era um pronunciamento no plenário da Assembleia. Quando chego à Casa: *“Não, a gente tem que ir porque acabou o trabalho da Comissão”*. Acabado o trabalho da Comissão, nós temos que ir embora para preparar a reunião do dia seguinte, porque o Plenário funcionava, estava dando prioridade aos trabalhos da Comissão de Sistematização, até porque a maioria dos deputados ia para lá e não tinha matéria outra para ser deliberada pela Assembleia. O centro das atenções, a pauta, era o projeto que se encontrava na Comissão.

Quando cheguei pela manhã, comentávamos. Eu cheguei e disse: *“Você viu, Ana Lúcia, o pronunciamento do Dr. Ulysses?”* Ela disse: *“Pois é, ele pronunciou algumas impropriedades que talvez não coubessem bem”*. Quando nós vimos a reprodução no jornal: *Ulysses chama a Junta Militar de Os Três Patetas*. Eu disse: *“O que você achou, Lúcia?”* Ela disse: *“Eu acho que foi impropriedade”*. O Senador chegou, ela conversou com o Senador, ele não gostou muito, achou que o Presidente foi muito influenciado, assediado no sentido de que fizesse uma coisa forte para responder às colocações do Presidente e arredores. Eu disse: *“Eu acho que ele tem razão, Lúcia”*. Passo seguinte, chega alguém na sala e diz: *“Doutora, eu estava procurando a senhora...”* Ele revelou: *“O senhor sabe que a Dra. Ana Lúcia é filha do General Aurélio de Lyra Tavares, que foi o Chefe da Junta Militar e que esteve pela França como Adido Militar ou Embaixador na época, depois que ele saiu, do Governo Geisel, do Figueiredo. Essa foi a época em que ela fez o curso”*. Nós ficamos numa situação...



A maioria das pessoas que circulavam por aí achava que Ulysses tinha que ter feito aquilo. Só que castigou muito na tinta. Mas deu uma resposta. Foi um episódio que, nos bastidores, sentimos a reação. Os parlamentares que frequentavam comentavam com o Presidente, com o Relator, uns elogiando, outros achando que a dose tinha sido demais. Mas a maioria achava que a resposta foi à altura.

27. A resiliência de Ulysses Guimarães

A Mesa Diretora era presidida pelo Deputado Ulysses Guimarães, e criaram a figura dos Co-Presidentes, que eram Fernando Henrique e Jarbas Passarinho, senadores, que ajudavam, porque nem sempre o Presidente Ulysses podia presidir. Inclusive o pessoal dizia que ele era o “Pentapresidente”: Presidente do partido dele, o PMDB; Presidente da Assembleia Nacional Constituinte; Presidente da Câmara dos Deputados; Presidente da Comissão de Redação; e eventual Presidente da República. Era o “Pentapresidente”.

Em determinado momento, nós percebíamos que não só o Senador Afonso Arinos, pela idade avançada, pelo ritmo dos trabalhos, mas o próprio Deputado Ulysses Guimarães... Inclusive, circulou pela imprensa que o Deputado Ulysses estaria acometido de algum mal referente à senilidade e que estaria tomando medicamento, prescrito por um especialista russo, à base de lítio. Ouvíamos isso nos bastidores e perguntávamos: “*É verdade que ele está tomando isso?*” Quando ele chegava, tomava alguma coisa para reforçar. Nós tínhamos a oportunidade de ver isso no assessoramento, no apoio aos trabalhos de plenário, porque ele pedia isso, pedia aquilo. Era água, e ele trazia alguma coisa que tomava. Houve momentos em que ele passou — isso está registrado na História — 10 horas sentado na cadeira, sem se levantar. Eu estava lá, na mesinha. Nós fugíamos para ver isso, ver aquilo. Enquanto estávamos lá, estávamos com dedicação exclusiva.

Depois que quebraram essa rotina, o Dr. Paulo Afonso ficava o tempo todo de pé. O Dr. Ulysses ficava sentado e ele, de pé. Ele dava umas saidinhas, mas houve um dia em que foram 10 horas. Todo mundo já não aguentava mais. Foram 10 horas no plenário, dizendo: “*Vamos votar, meus amigos!*” Isso está nas gravações das sessões. Perguntavam: “*O que houve com o homem?*” Os deputados saíam. Tinha



um cafezinho — tem ainda — no plenário. Faz tempo que andei no plenário. Mas tinha um cafezinho ali, o deputado, o constituinte saía e ia lá. Tinha um sanduíche, a secretária trazia isso e aquilo, ia para a Liderança, que ficava naquela ala mais próxima, e ele lá. Alguém chegava lá e perguntava: “O Dr. Ulysses não se cansa, não?” Eu dizia: “Não sei, mas nós estamos aos pedaços aqui em cima.” Ficávamos de pé e, eventualmente, sentados, porque tinha uma bancada atrás. Há um espaço muito limitado no Plenário. Então, revezávamos: um se sentava, o outro ia fazer alguma coisa. Era papel, muito papel. Apesar de muito custo, porque papel custa muito...

Aconteceu um episódio que eu vou contar, fora do negócio aqui. Na época, levavam algo para o Dr. Ulysses tomar, e tinha alguém que dizia que era um comprimido a base de lítio para mantê-lo prevenido, mantê-lo vivo. Havia um deputado da representação de Alagoas chamado Albérico Cordeiro⁵⁸, que era jornalista do *Correio Braziliense*. Ele, que já faleceu de acidente, era de Arapiraca, tinha um sítio aqui perto, em Luziânia, e trazia uma garrafa com caldo de cana, que botava... Ninguém podia ficar tomando caldo de cana no plenário da Câmara, porque alguém veria, por causa desses copos transparentes. Ele botava o caldo em garrafas. Um rapaz disse assim: “Bota isso em garrafas térmicas, porque aí ninguém sabe o que é”. Ele trazia também uma cachacinha, que vinha de Alagoas – como tinha o negócio da cachaça, o Lula⁵⁹ subia e, sempre com aquela voz dele inconfundível, dizia assim: “Ei, companheiro, o Albérico me falou que tem um negócio quente aí”. Falava com aquela voz dele. Como é que ele descobriu? Foi o Albérico, que era Deputado Constituinte como ele, que disse assim: “Lula, lá em cima, na mesa, tem uma garrafa de tal cor. Procure o Reginaldo” — Reginaldo era um funcionário que trabalhava lá — “porque ele sabe”. Aí ele chegava e dizia: “E aí, companheiro? O Albérico me falou que tem um negócio aí”. A gente ficava na dúvida sobre se ele queria o caldo, o café ou o negócio. E ele: “Tem um negócio quente aí”. Alguém servia e ele tomava: ‘Essa é boa!’ Ele fez isso várias vezes, o Lula. Depois ficou importante, hoje está até preso.

⁵⁸ Albérico Cordeiro da Silva (1941 — 2010). Deputado Federal - 1979-1983, AL, ARENA. Deputado Federal - 1983-1987, AL, PDS. Deputado Federal - 1987-1991; 1991-1995, AL, PFL. Deputado Federal - 1995-1999; 1990-2000, AL, PTB.

⁵⁹ Luiz Inácio Lula da Silva. Deputado Federal - 1987-1991, SP, PT. Presidente do Brasil – 2003-2011.



Aí o Albérico arrumou uma garrafa, numa certa ocasião, e falou assim: *“Olha, não podem confundir”*. Num determinado momento, porque não sei quem disse que ele podia tomar, botaram no copo do Dr. Ulysses o caldo de cana. Ele gostou. Aí alguém foi lá, parece-me que o Oswaldo Manicardi, um assessor dele. Ele coordenava isso, pois era o anjo da guarda do Dr. Ulysses. O Dr. Ulysses chegava e dizia assim: *“Oswaldo, o que vocês estão tomando aí?”* Havia café e tudo, mas também um monte de cachaça. Alguém chegou e disse assim: *“Olha, não pode ter caldo de cana”*. Mas o Oswaldo falou: *“Pode. Isso aí pode. Ele gosta”*. Aí botavam isso para ele, e ficavam lá na “bagunceira” sobre o que ele botava dentro. Não sei se era esse comprimido, porque nunca vi, mas suspeitava-se que sim. Dizem que uma vez o Dr. Ulysses virou e disse: *“Vamos votar, meus amigos. Cadê aquele negócio que me serviram agora?”* O Oswaldo não estava lá. E quem sabia o que era?

28. O Centrão

A aprovação do projeto da Comissão de Sistematização foi em novembro. Quando foi aprovado aquele “Frankenstein”, houve uma reação muito grande, tanto fora quanto dentro. Houve a criação do Centrão e a mudança do Regimento, que foi em janeiro. Em novembro o projeto foi aprovado, e logo em dezembro houve um breve recesso. Aí, em janeiro, o projeto já estava aprovado. Houve a mudança do Regimento e o surgimento do Centrão.

O movimento do Centrão teve como um dos principais líderes um deputado do PMDB de São Paulo, o Cardoso Alves⁶⁰. Chamavam-no de “Cardosão”, porque ele tinha voz e estatura física para isso. A presença dele era marcante, porque ele tinha um vozeirão. Ele era um deputado competente, atuante, que esbravejava nas questões que levantava — ele e mais outros.

Havia certa inquietação de determinados setores quanto à questão econômica. Havia nesse processo uma necessidade de regras para o funcionamento do capital — tendência a isso, tendência àquilo —, dos bancos, para a reforma agrária e também para o sistema de governo, porque o Centrão tinha um

⁶⁰ Roberto Cardoso Alves - Deputado Federal, 1967-1969, SP, ARENA. Deputado Federal, 1979-1983, SP, MDB. Deputado Federal, 1983-1987; 1987-1991, SP, PMDB. Deputado Federal, 1991-1994, SP, PTB. Ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio, 1988-1990.



viés presidencialista, por razões que não foram muito explicadas. Mas percebia-se essa forte tendência, que depois foi confirmada. Era muito evidente esse viés.

Foi formado por esse conjunto de insatisfações, que, em relação a determinados pontos, constavam àquela altura do texto do projeto de Constituição. Eu diria que não havia, por exemplo, uma configuração ideológica única. Havia vários setores. O setor de esquerda discordava em pontos relacionados à reforma agrária, aos direitos sociais, aos direitos humanos. Mas se via com muita nitidez que o que juntava esse movimento era a questão do sistema de governo.

Foi um movimento que teve muita força, mas não houve impacto em nosso trabalho na Comissão de Sistematização porque as mudanças que fizeram é um trabalho mais referente à relatoria. Dava mais trabalho porque era aberto, de novo, o prazo de emendamento, aquele negócio todo. Já estávamos muito acostumados a esse ritmo acelerado ou à própria alteração desse ritmo: *“Não, não vai ser dessa forma. A reunião vai ser à tarde, à noite.”* Então, no âmbito da Secretaria, dos bastidores, não se sofreu muito com o Centrão. Como cidadão, cada um tinha as suas preocupações, as suas inquietações, mas pouco se podia fazer nesse sentido, a não ser lamentar — ou elogiar.

29. A questão do Parlamentarismo

O texto inicial, com relação ao sistema de governo, tinha um viés parlamentarista. Houve uma reação muito forte, porque o próprio Presidente da Assembleia, de uma corrente muito forte, Deputado Ulysses Guimarães, era um presidencialista histórico.

O Presidente da Comissão, Senador Afonso Arinos, era um presidencialista histórico, que se converteu pouco antes, quando participou da chamada Comissão de Notáveis que elaborou o anteprojeto no âmbito do Executivo. O Presidente Sarney formou uma comissão, presidida por Afonso Arinos, de notáveis nessa área, com constitucionalistas e outros, que fizeram um anteprojeto. Apesar dos apelos frequentes do Senador Afonso Arinos para que a Assembleia começasse a discutir em cima de uma proposta, havia muita restrição — não sei se com fundado receio — de que aquilo poderia significar uma influência do outro Poder na Assembleia,



que tinha uma autonomia quase completa. Em princípio, é completa. O conceito de assembleia constituinte é esse, pode fazer tudo, reformar tudo.

Quando esse projeto estava caminhando nessa direção, houve uma forte reação dentro e fora do Congresso. O Senador Afonso Arinos se converteu e confessou isso em pronunciamentos diversos na Assembleia. Ele foi um, não diria eterno, mas permanente combatente desse sistema, porque havia um parlamentar desde a década de 1940, do final da década, chamado Raul Pilla⁶¹, da representação do Rio Grande do Sul... Chegaram, no Rio Grande do Sul, a implantar um sistema estadual de parlamentarismo. Chegou a funcionar, mas o Supremo derrubou depois. Entraram com uma ação no Supremo Tribunal Federal e eliminaram...

Mas foi uma experiência. Raul Pilla era um eterno defensor e tinha como contraponto o Senador Afonso Arinos, que era presidencialista. Há registros históricos. Ele, ao final, quer dizer, já a essa altura da idade, confessa em discursos e cita alguns exemplos — Estados Unidos, França, Portugal e outros —, um em particular, se não me engano, o Presidente Roosevelt, dos Estados Unidos, que participou da elaboração de uma determinada emenda da constituição americana. Não era questão de sistema de governo. Ele foi sempre contra. Mas, segundo o Senador, nessa comissão, convenceu-se de que aquela alternativa que sempre combateu era a melhor forma. O Senador cita isso em pronunciamento pelo menos umas três vezes. Até nos bastidores ele confessava que Raul Pilla tinha razão, que era o melhor sistema.

Acho que não venceu o parlamentarismo por basicamente duas ou três razões. O próprio Presidente da Assembleia e um grupo forte eram contra. Contra, por quê? Porque tinha o olho na possibilidade de vir a ser o Presidente da República mediante o voto. O parlamentarismo é uma engenharia política um pouco diferenciada do presidencialismo até para o funcionamento. A formação de um sistema parlamentarista, principalmente num Estado federado como o nosso, seria diferente de França, Portugal, Holanda, Estados que equivalem a uma unidade federada nossa em tamanho — São Paulo, Bahia, Minas Gerais. A França, por

⁶¹ Raul Pilla (1892 — 1973). Deputado Federal - RS, PL, 1946-1951; 1951-1955; 1955-1959; 1959-1963; 1963-1967.



exemplo, tem uma Assembleia Nacional e tem pouca divisão, as chamadas províncias. Lá há o estado federal e o município.

A funcionalidade da estrutura de governo é diferente da de um estado como o Brasil. E o País, originariamente, vem, do Império, porque foi copiada até a nomenclatura, como Estados Unidos do Brasil, porque haviam se formado os Estados Unidos da América. Copiamos. Depois virou República Federativa do Brasil. Mas a dificuldade não era apenas essa. Era uma coisa mais imediata a visão. Havia a turma, por exemplo, do PT, liderada por Lula. Lula era o constituinte com maior votação: em torno de 650 mil votos já naquela época. Foi o constituinte mais votado, com maior votação — era de São Paulo — na Assembleia. Ele foi contra o sistema parlamentarista porque tinha olho na possibilidade...

Aí você chega a esse outro. Dividiu-se o PMDB naquela época e se formou o PSDB, exatamente nesse processo. O PSDB tinha como bandeira a instituição do regime parlamentarista. Há poucos dias, faleceu o cientista político e sociólogo Hélio Jaguaribe⁶², que esteve aqui, fez um pronunciamento muito bonito, muito lido no âmbito das Comissões, defendendo o sistema parlamentarista de governo. Foi uma defesa muito enfática, muito divulgada, aquele negócio todo. Uma das razões — não é opinião minha, estive lá e acompanhei dos bastidores — de esse grupo ter saído para formar o PSDB era esta: o sistema de governo. Ele divergia da opinião do Dr. Ulysses, líder de um grupo forte em defesa do presidencialismo. O PDT, de Brizola, também defendeu, apesar de ele ter participado de uma experiência parlamentarista lá no Rio Grande durante aquele curto período em que o Brasil experimentou esse sistema. Parece que a única oportunidade em que o Dr. Ulysses exerceu cargo executivo foi como Ministro da Indústria e Comércio, se eu não me engano, quando Brochado da Rocha⁶³ era Primeiro-Ministro. Foi isso. Ele foi ministro. Acho que foi o único cargo executivo que ele exerceu, porque ele foi sempre do Congresso, e da Câmara dos Deputados. Então, uma das razões, acho que não é opinião só minha, porque ouvi nos bastidores... Mas o que se comentava era que, dessa divisão do

⁶² Hélio Jaguaribe Gomes de Mattos (1923 – 2018). Sociólogo e escritor.

⁶³ Francisco de Paula Brochado da Rocha (1910 — 1962). Ministro da Fazenda e Primeiro-Ministro – 1962.



PMDB, formando-se o PSDB sob a liderança de Mário Covas, Franco Montoro⁶⁴, José Richa⁶⁵, que era do Paraná, e outros... Nisso perdeu muita força com a ausência de Mário Covas nesse período, porque ele teve um problema cardíaco sério. Ele sofreu uma intervenção cirúrgica em São Paulo e ficou afastado. Assumiu um Deputado do Paraná chamado Euclides Scalco⁶⁶, que ficou na Liderança na Câmara.

30. As emendas populares

Outra coisa que era novidade eram as emendas populares. Se não me engano, foram apresentadas 122. Uma delas chamou muito a atenção porque tinha 30 mil assinaturas. Havia uma dificuldade operacional nisso. Até hoje existe. Há um requisito que determina que seja eleitor e não sei o que mais. Mas como conferir a autenticidade? Houve uma saída, que foi a subscrição por um determinado número de constituintes, um número que não lembro bem qual era. Mas a maioria foi subscrita. Os constituintes subscreviam porque tornava viável a tramitação, na impossibilidade de se fazer essa conferência, porque era um processo de garimpagem. Como é que se vai saber se aquele sujeito que assinou lá no Piauí, lá no interior do Maranhão, não sei onde, é aquele que está ali?

A parte da assinatura era muito trabalhosa. Vinha o texto, que era objeto daquela emenda, daquela proposta, e depois vinham as assinaturas, que eram carrinhos e carrinhos de papel. Infelizmente, não trabalhávamos com meio digital, que era quase uma utopia. Nós não tínhamos, só no finalzinho dos trabalhos, eu me recordo bem, quando o Prof. Celso Cunha⁶⁷ foi convidado para assessorar a Comissão de Redação, já nesse período. Os textos já eram, nessa altura, quando a matéria ia para o plenário, processados pelo Prodasen. Iam para a gráfica e já vinham os textos bem melhorados. Esse texto rodava. Era uma dificuldade.

⁶⁴ André Franco Montoro (1916-1999). Deputado Federal - 1959-1963; 1963-1967; SP, PDC. Deputado Federal - 1967-1971, SP, MDB. Deputado Federal - 1995-1999, SP, PSDB. Senador – SP, 1971-1978, 1979-1982. Governador de São Paulo – 1983-1987. Ministro do Trabalho – 1961-1962.

⁶⁵ José Richa (1934-2003). Deputado Federal, 1963-1967, PR, PDC; 1967-1971, PR, MDB. Governador Paraná (1983-1986). Senador – PR (1979-1987; 1987-1995).

⁶⁶ Euclides Girolamo Scalco. Deputado Federal - 1979-1983; 1983-1987; 1987-1991, PR, MDB.

⁶⁷ Celso Ferreira da Cunha. Filólogo e gramático.



31. O *lobby* na Comissão de Sistematização

Não sofríamos pressão externa, até porque não havia espaço para o *lobby* na seara administrativa e porque nós éramos uma espécie de coadjuvantes. Não influíamos no processo, atuávamos na retaguarda, no estabelecimento de condições necessárias ao funcionamento das Comissões. Não tínhamos que falar, não tínhamos que opinar. Víamos que, com o Relator, o Presidente e outros deputados, o *lobby* era muito intenso.

Às vezes, éramos muito assediados pela imprensa, que queria notícia antecipada. Quando havia reunião, nos perguntavam: “*O que houve na reunião?*” Nós não tínhamos autorização para dizer, por exemplo, “*A agenda é essa*”. Depois, era publicado, e não saía como o previsto. “*Mas o deputado falou que já foi.*” Mas não saiu. Tínhamos que distribuir na reunião. Esse tipo de pressão, às vezes, nós sentíamos. Mas havia a limitação e a consciência da responsabilidade de que aquilo era um assunto que não estava na nossa alçada. O calendário só podia ser distribuído na reunião, porque, eventualmente, poderia mudar e mudava com muita frequência.

32. Manifestações

Cito como exemplo um episódio muito marcante relacionado à presença do Ronaldo Caiado⁶⁸, que era o líder da União Democrática Ruralista (UDR). Ele não tinha mandato parlamentar; ele era o líder. Depois ele foi deputado e hoje é senador. Esse movimento fez muito barulho, porque tinha uma posição muito enfática em relação principalmente à questão agrária. Sentia-se que havia, do outro lado, uma reação. Com certeza, foi muito odiado o movimento da UDR no âmbito da Assembleia, pela maneira muito enfática com que atuava fora e aqui dentro. Fizeram manifestações no próprio plenário, aquele negócio todo.

Mas foi assim com todos os movimentos: os Anais registram que o plenário ficou cheio de índios, de mulheres. Os diversos segmentos da sociedade queriam ver seus direitos inscritos na Constituição, para assegurá-los. Era como se fosse uma tábua de salvação; todo mundo queria se agarrar a ela. Depois de um longo e

⁶⁸ Ronaldo Ramos Caiado. Deputado Federal - 1991-1995, GO, PSD. Deputado Federal - 1999-2003; 2003-2007; 2007-2011; 2011-2015; GO, PFL. Senador – GO, 2015-2019. Governador Goiás – 2019-2022.



tenebroso inverno, todo o mundo queria assegurar os seus direitos nessa correnteza. Isso era muito natural.

33. O trabalho na Comissão de Redação

Nós sentimos até uma certa divisão na questão de preferência entre os filólogos, que eram Celso Cunha e Antônio Houaiss. Antônio Houaiss, parece-me que tinha uma tendência um pouco mais para a Esquerda, e Celso Cunha, para Centro-Direita — católico, de família tradicional, aquela coisa toda. Apesar da indicação de um professor daqui de Brasília, indicava Napoleão Mendes de Almeida, igualmente filólogo, mas que tinha uma linha de pensamento um pouco diferente da do Prof. Celso Cunha — mas ambos eram filólogos — e do Prof. Antônio Houaiss também, que chegou a ser cogitado. Ouvei alguém dizer assim: “*Convidem os dois*”. Acho que eles divergiam inclusive ideologicamente. Na língua, nem tanto porque o Antônio Houaiss veio, depois, a ser Ministro da Cultura no Governo Fernando Henrique.

Tive a oportunidade de conhecer Celso Cunha pessoalmente, porque ele vinha a Brasília. Também era da mesma faixa etária do Senador Afonso Arinos. Ele tinha uma agenda no Rio de Janeiro, era Acadêmico da Academia Brasileira de Letras, filólogo, professor, consultor, não sei o que lá, e se deslocava para Brasília. Naquele tumulto todo, os textos chegavam, e dizia: “*Eu tenho que levar para o Rio de Janeiro ou para o hotel*”. Era aquela dificuldade de locomoção, porque tinha muito trânsito em Brasília. Havia um motorista à disposição. “*Então, meu filho,*” — disse para o secretário — “*prefiro ficar no Rio de Janeiro. Você me manda?*” Mandar isso pelo correio... Chegou? Não chegou? Era aquela dificuldade da presença física dele e da atuação mais a distância. Chegava o texto lá e, quando mandava de volta, era um calhamaço. Eram quilos de papel daquelas impressoras matriciais. Imaginem quanto é que dava de papel! Quando aquilo chegava, nós empacotávamos. Ele às vezes ligava para o secretário e eu eventualmente atendia. Ele dizia: “*Meu filho, eu estou vendo aqui que perdeu...*” Nós não conferíamos aquele negócio, aquela sanfona de papel. Mas sei que, ao final, ele ficou na Comissão de Redação.

Havia uma dificuldade, porque a dinâmica era tão acelerada que, quando ele devolvia os textos, já tinha coisa nova. Quer dizer, havia um certo descompasso. Ele



comentou isso comigo. Tive oportunidade, porque até confessei a ele: “*Professor, tenho muita honra de conversar com o senhor, porque o seu livro...*” — era uma publicação da Fundação Nacional de Material Escolar, do MEC. Era um livro que custava menos, porque era distribuído pelo Ministério da Educação, era copatrocinado, e tinha um custo menor. Ele revisava e devolvia o texto.

O professor tinha a mesma dificuldade do Prof. Afonso Arinos. Quer dizer, o Prof. Afonso Arinos ainda era vivo, também a mulher dele, acho que D. Ana Carolina⁶⁹, não sei, era um nome comprido. Ele a tratava de Anah. No começo, achávamos que era Naná, mas era Anah. Ele dizia assim: “*Cadê a Anah, ela está por aí?*” A assessora dele nos ligava e dizia que ela, eventualmente, vinha ao gabinete dele no Senado. A Comissão era aqui. Aí ficávamos numa dificuldade assim: “*Ah, esse meu gabinete aqui...*” Era, mais ou menos, onde funciona a Comissão de Meio Ambiente. Acho que a segunda ou terceira sala no corredor é onde funcionava a estrutura da Comissão de Sistematização. O gabinete dele, que era o gabinete do Diretor do Departamento de Comissões, era um gabinete amplo. Ele tirou tudo o que havia e deixou só a sala dele e uma sala para a assessoria. Não esquecia a agenda dele: a hora em que tinha que tomar um comprimido, fazer um lanche, ir à missa, que não era só dominical. Eventualmente, nas reuniões de sábado e domingo, elas só podiam ser marcadas depois da missa.

O professor Celso Cunha tinha, é claro, as atividades normais da agenda dele no Rio de Janeiro e também tinha essa aqui, que era uma coisa muito acelerada e exigia uma presença física mais efetiva. Ele passou muita dificuldade. Às vezes, eu o ajudava a levar alguma coisa, algum material a um carro que ficava na saída do Anexo I. Ele tinha um motorista à disposição, que o Presidente ou o Sabino⁷⁰ colocou lá. O hotel mais acessível era o Hotel das Nações. Subindo nesta direção, a rua dava certinho lá. Ele achou que era o mais fácil, e o motorista também, para chegar, para sair, porque dependia do trânsito. Ele, com certa dificuldade, dizia: “*Mas, meu filho, é uma confusão, não é? Como é que vocês conseguem trabalhar?*”

Ele ficava acompanhando a reunião. Agora, imagine se preocupar com estilo, com questões... A parte dele não era a gramática propriamente dita, era a estilística,

⁶⁹Ana Guilhermina Rodrigues Alves Pereira

⁷⁰ Ademar Sabino. Diretor-Geral da Câmara dos Deputados.



para ver se estava concordando direito. Uma vez, confessou ter dificuldade de trabalhar com o texto, porque não era especialista em Direito. Era filólogo, e dessa área entendia profundamente, da formação da língua, de todas as variantes. Agora, elaborar textos jurídicos... Ele mudou algumas vezes. Em algumas oportunidades, ouvi pessoas dizendo: *“O Prof. Celso mudou isto aqui, mas ficou completamente diferente!”* Ele mudava expressões que achava conveniente mudar, e alguém da área do Direito discordava. *“Você me desculpe, professor, mas não concordo com isso”*. Nós não entrávamos no mérito.

Quando, em determinada oportunidade, devolveram um texto aqui, fui levá-lo até o hotel onde ele estava. Fiquei no carro porque, até mandarem localizá-lo... Eu só dizia: *“É o Prof. Celso Cunha”*. Lá chegando, disse a ele: *“Este texto, professor, é o que foi produzido”*. Ele me disse: *“Mas eu nem acabei de revisar aquele outro!”* Era um negócio assim, que pesava quilos! Você tem que ter um tempo de reflexão para ver se a construção está certa. Ele estava lá e chegava outro. Às vezes, ele mudava, e essa mudança feita por ele não prevalecia. Mas ele tinha a ajuda do Prof. José Afonso da Silva, que é um especialista em Direito Constitucional, até hoje citado frequentemente em livros. Mas nós percebíamos, porque ele confessava, a dificuldade de acompanhar o ritmo e estabelecer uma sintonia com o processo, com a elaboração da norma, porque, até convencer, era preciso parar e explicar por que a redação tinha que ser daquele jeito. O texto que aparecia depois, publicado, tinha a participação do Deputado Nelson Jobim, que era muito presente, principalmente na fase final da elaboração; do Miguel Reale Júnior, que era assessor do Deputado Ulysses; do José Afonso da Silva. Havia mais gente especializada nos quadros da Câmara, do Senado e da própria assessoria dos gabinetes. Também havia deputado e senador craque nessa área.

34. Audiências públicas e a criação da emenda aglutinativa de Nelson Jobim

Uma avaliação que eu faço hoje é que a Constituinte foi, não diria um milagre, mas uma coisa bem próxima disso: a preocupação com o tempo, a tensão social, no geral, a expectativa que geravam os trabalhos da Assembleia. Era papel, era pessoal, aquele negócio, vai para lá, vem para cá, esses eventos. No começo aconteciam muitas audiências públicas. Parece que foram quase 200 — 180, 190.



As audiências públicas aconteciam nas Comissões, mas também houve na Comissão de Sistematização. Eram convidados especialistas. Na Comissão de Sistematização, a dificuldade de promovê-las é porque os textos já vieram prontos ou praticamente prontos — era só sistematizar, era só juntar —, além da dificuldade que o Relator, que a própria Comissão tinha de incorporar eventuais sugestões. E surgiam muitas sugestões nessas audiências, porque eram convidados especialistas de todas as áreas temáticas que envolvem a Constituição. Seria, de certa forma, um trabalho inútil ouvir tanta gente, como foi ouvido, e ter pouco aproveitamento. No âmbito da Comissão de Sistematização, o próprio Relator era limitado, e havia uma crítica muito forte a isso: “Ah, alterou”.

O Regimento Interno da Câmara e o do Senado previam diferentes tipos de emenda — supressiva, substitutiva e aditiva. Havia a dificuldade, por exemplo, de inserir coisas novas. Aí, quando surgiram as emendas aglutinativas. Basicamente — nós até comentávamos —, acho que isso foi ideia do Deputado Nelson Jobim, que já era experiente professor da Universidade Federal de Santa Maria. Começou se destacando como uma figura com bastante bagagem nessa área, em todas as discussões, na Comissão Temática de que participou, na Comissão de Sistematização e na própria Comissão de Redação. Funcionou como uma espécie de Relator-Adjunto de Bernardo Cabral. Ajudou muito.

Parece-me que até hoje o Regimento do Senado não prevê a emenda aglutinativa, só o da Câmara, porque foi incorporado depois da Constituição. Era a chamada fusão de emenda. Na linguagem do professor e jurista Nelson Jobim, era o fusionamento. Alguém dizia assim: “Jobim está inventado coisa”. Sinceramente, nunca tinha ouvido essa palavra. Fui olhar e descobri que existia. Ela quer dizer fusão. Fusionamento ou fusão é a mesma coisa. Aprendi muitas expressões. Além de ter muito conteúdo e ser experiente na área jurídica, parece-me que ele tem formação em lógica, alguma especialização em lógica formal. Ele dava nó. Nós comentávamos que, na Comissão de Redação, quando alguém queria apartear-lo para contestar alguma coisa, ele tinha um raciocínio tão envolvente, tão convincente que, muitas vezes, vi interlocutores se calarem diante das colocações que ele fazia, com muita propriedade. Ele foi aumentando a influência dele e ficou, ao final, entre os constituintes que mais se destacaram na Assembleia em termos de contribuição.



Terminou sendo uma pessoa muito presente tanto nos trabalhos da Comissão como nos do Plenário. Depois, foi Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Ministro do Supremo, Ministro da Justiça.

35. Constituinte: trabalho com erro zero.

Compareci uma única vez a uma reunião na casa do Dr. Ulysses, na reta final do processo de votação do texto da Comissão que iria a Plenário, o chamado texto final. Havia os Projetos A, B, C. Houve dois anteprojetos, o primeiro substitutivo, o segundo substitutivo, depois não sei o que mais, o negócio foi comprido. Cansa só de olhar a agenda.

Outro dia, estava vendo o resumo de uma dessas publicações, acho que foi o Senado que publicou — a Câmara também tem publicações. Hoje é fácil olhar, agora, imaginar que você participou desse processo... E foi quase à margem dele. Estávamos ali, mas não nos envolvíamos no mérito. Havia certa ansiedade para as coisas darem certo. Não se podia errar. Havia uma frase famosa dita pelo Mozart, que ouvia do Paulo Afonso: *“Não pode ter erro. É erro zero”*. O Mozart era muito perfeccionista — sempre foi —, rigoroso. Ele dizia assim: *“Olha, não pode ter erro”*. Mas, claro, a atividade humana, qualquer que seja, sempre está sujeita a uma falha.

Analisando agora, 30 anos depois, parece que foi ontem, e muita gente nem pensava em nascer ainda. Estava comentando com um rapaz, cuja família conheço, que haviam me ligado. Disse: *“Um colega da Câmara, que não conheço pessoalmente, me convidou para fazer uma entrevista”*. Acho que ele tem 22 anos e está cursando Direito. Ele me perguntou: *“Como é que foi esse negócio? Como é que vai sair isso?”* Eu lhe disse que há documentários, depoimentos.

Parece que o Carreiro fez uma gravação. Não tive a oportunidade ainda de vê-la. Mas, por curiosidade, eu a encontrei entrando no *site* do Senado. Na época, o Carreiro não era o Secretário-Geral da Mesa do Senado. O Secretário-Geral era o Nerione Cardoso⁷¹, não sei se por 10 anos, mas parece que é isso. O Nerione ficava sempre dando muito apoio para a gente nas reuniões chiques lá no plenário do Senado. Tinha biscoito e suco de não sei o que quando a gente se reunia lá. Eu

⁷¹ Nerione Nunes Cardoso foi secretário-geral da Mesa do Senado Federal de 1980 a 1990.



falava assim: “*Nerione, aqui é sempre assim? Se a reunião for sempre aqui... Aqui é uma mordomia danada. A Câmara é aquele tumulto*”.

36. A indicação do ministro e o roteiro final da Constituinte

Já no final do processo de votação, o Presidente Afonso Arinos foi se encontrar com o Presidente Ulysses na residência dele⁷², no Lago Sul – É uma casa que tem uma piscina grande, e acho que não mudaram nada. Havia uma arara lá muito bonita. Uma fotografia dela depois saiu no jornal, não sei quem colocou, mas alguém a fotografou. Dizia-se que não se podia criar arara, não é? E saiu no jornal que o Presidente da Assembleia tinha uma arara em sua casa. E tinha realmente uma arara.

Era um domingo, por volta das 10 horas, depois da missa do Senador, um compromisso indeclinável que ele tinha com D. Anah, às 7 ou 8 horas. “*Só posso depois.*” Nós viemos e nos encontramos aqui. Ele já foi à frente com a assessora e seu motorista, porque, como era senador, tinha motorista, essas coisas todas. O Deputado Constituinte Bernardo Cabral já estava lá. Eu, a Secretária Maria Laura, o Carlos Brasil — ele não estava participando desse processo, mas era diretor do Departamento —, o Dr. Paulo Afonso e o Mozart fomos para a reunião.

Mas havia acontecido, há dois ou três dias, um acidente aéreo em que falecera o Ministro da Reforma Agrária, o Senador Marcos Freire⁷³, lá no Pará. Estavam todos naquele *frisson*. Quando nós chegamos à casa do Dr. Ulysses, o Osvaldo estava lá e nos recebeu. Acho que o Paulo Afonso também já estava presente. “*Pode vir aqui*”. Havia uma mesa lá.

Havia uma movimentação para a indicação do substituto do Marcos Freire, que tinha falecido num acidente, saindo de um aeroporto — não sei se foi o de Marabá ou o de Belém. Ele faleceu nesse acidente. Foi um negócio que repercutiu bastante no nosso trabalho. Tinham que indicar o próximo Ministro, e quem foi

⁷² Residência oficial do Presidente da Câmara dos Deputados.

⁷³ Marcos de Barros Freire (1931 — 1987). Deputado Federal - 1971-1975, PE, MDB. Senador – PE, 1975-1982. Ministro da Reforma Agrária, 1987.



convidado para assumir o Ministério foi o Jader Barbalho⁷⁴. Ele deixou o Governo do Estado e foi assumir o Ministério. Quando a reunião estava no meio, o Jader chegou. Disseram: “*Dr. Ulysses, o Governador Jader está aí*”. Estávamos discutindo o roteiro definitivo dos trabalhos. Só confirmando: já havia um esboço proposto pelo Relator, e o Senador havia concordado com ele. Estavam esperando o aval do Presidente.

Então, foi um momento de certa forma oportuno para esse encontro, mas, de outro modo, inoportuno, porque havia uma questão política grave, que era a indicação do substituto do Marcos Freire no Ministério da Reforma Agrária. Assim foi fechada, junto com o Dr. Paulo Afonso, o Mozart, o Presidente da Comissão e o Relator, uma agenda do final dos trabalhos da votação do projeto na Comissão de Sistematização. Nós ficávamos pensando que essa era uma agenda que meio que convidava um ou outro. Ela tinha pouca coisa, era só para mostrar para o Presidente, porque os recursos eram escassos — era tudo precário naquela época.

Hoje há telefone e outros meios disponíveis: “*Ah, manda para o Presidente, porque ele olha, e o assessor devolve na hora!*” Mas naquela época era tudo em papel, datilografado! Até você chegar e colocar numa máquina... Ainda bem que nós tínhamos aquela máquina da IBM com corretivo, né? Mas, às vezes, quando aquilo chegava, tinha-se que dizer: “*Não, altera isso*”. Durante todos os trabalhos da Comissão, não tivemos à mesa, nem para enfeite, um computador, um *notebook*, um celular. Não havia essas coisas. Para a história, é um tempo bem curto: isso foi 30 anos atrás. Eu tenho um neto com dois ou três anos que fica insistindo com a mãe dele para usar o *tablet*. Ele movimentava todos aqueles aparelhos. Historicamente, é um tempo curto para essa evolução toda.

37. Avaliação da Constituinte

Depois de tanto tempo, vamos alcançar agora 30 anos da promulgação, decorridos anos após a conclusão desse processo — não sei, pensem primeiro que é a minha compreensão, mas eu acho que acontece com muita gente com quem já

⁷⁴ Jader Fontenelle Barbalho. Deputado Federal - 1975-1979; 1979-1983; 2003-2007; 2007-2011, PA, MDB. Senador – PA, 1995-2001; 2011-2019; 2019-2027. Governador – PA, 1983-1987; 1991-1994. Ministro do Desenvolvimento Agrário, 1987-1988. Ministro da Previdência Social, 1988-1990.



conversei, que deu depoimento —, agora é que nós temos uma avaliação mais precisa daquele momento.

Às vezes fico pensando em cada agenda que cumríamos na parte administrativa, operacional. Agora, eu fico imaginando, naquelas circunstâncias, os parlamentares, porque, por trás de cada um, ou ao lado, ou à frente deles, a pressão era muito forte.

Quer dizer, a gente que estava lá, mas não tinha sido eleito para aquele cargo, estava ali numa situação muito eventual, esporádica, caiu ali quase que de paraquedas, como o nosso grupo, que era de funcionários. Aconteceu esse processo, e nós participamos. Se nós temos hoje essa percepção da importância daquele momento, eu fico imaginando o constituinte que participou intensamente.

Tendo ou não conseguido colocar as suas ideias, as suas aspirações, não propriamente as dele, mas as dos segmentos sociais que ele estava representando, eu acho que ele pode parar com tranquilidade e dizer assim: *“Olha, eu fiz muito. Poderia ter feito mais, mas não sei como consegui fazer tanto naquele ambiente, naquela circunstância”*, em que havia, eu diria, um certo clamor no País e uma preocupação, eu acho, num sentido como *“Será que isso vai dar certo, será que vamos conseguir chegar ao final?”* E ao final se chegou.

Como se diz, não cabe aqui, mas eu posso pedir a permissão para dizer que, *“entre mortos e feridos, salvaram-se todos”*. Estamos aí com uma Constituição que é elogiada, por vezes criticada, mas que foi um marco importante para quem participou direta ou indiretamente do processo. Dizem que ela é muito detalhista, mas foi produto de um momento também especial na história do País, em que se estava fazendo a transição de uma situação um pouco complicada, difícil, para uma situação melhor ou, pelo menos, para uma situação que oferecia perspectivas melhores, porque muita coisa ainda não foi aplicada, implementada.

Três décadas, aproximadamente, após esse processo, a maioria pode ter a compreensão de que foi uma fase difícil, uma fase turbulenta, que exigiu de uns um pouco mais, de outros um pouco menos, mas acho que, de todos, a preocupação com o que seria possível fazer. E há um certo conforto do ponto a que se chegou, do que foi possível fazer.



Com críticas ou com elogios, está aí, faz parte da história, e acho que cada um teve uma parcela direta ou indireta, mais ou menos próxima. Perguntam se o cidadão que mora lá no Acre, nos confins do Piauí e do Rio Grande do Sul, em Mato Grosso teve alguma participação. Teve, porque, mesmo com a dificuldade de comunicação, existia sempre, existiu em todo o País, sempre uma oportunidade de opinar, de fazer chegar um anseio ou uma preocupação.

O que não foi resolvido naquele processo está sendo resolvido, e vai ser resolvido no futuro, com certeza. Hoje me sinto um cidadão, de certa forma, não diria orgulhoso, mas confortado pelo que se conseguiu produzir naquelas circunstâncias e naquele tempo, com as dificuldades e com todos os problemas enfrentados.

Ficha Técnica

1. Data: 17/09/2018
2. Local: Sala da Cobec - Cedi
3. Duração: 1h37min
4. N° do arquivo: E019
5. Responsável pela pesquisa e elaboração do roteiro: Rildo José Cosson Mota
6. Entrevistador: Rildo José Cosson Mota
7. Equipe de vídeo: João Francisco Gollo (produtor) Roberto Guery (cinegrafista) e Roberto Bispo (assistente de cinegrafia)
8. Fotografia: Michel Jesus / Acervo Câmara dos Deputados
9. Responsável pela transcrição: Detaq
10. Data da transcrição: 18/10/2018
11. Responsável pela edição de texto: Rildo José Cosson Mota